

Amir Khair

DIREITA, VOLVER!



Amir Khair

DIREITA, VOLVER!

1.^a EDIÇÃO

SÃO PAULO

2020

EDITORA  FORTE

Copyright © Amir Khair, 2020

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Henrique Romanos

REVISÃO

Zaqueu Machado

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ricardo Romanos

CAPA

Carlos Biaggioli

Davi Biaggioli

Ricardo Romanos

FOTOGRAFIAS

Carlos Biaggioli

Ricardo Romanos (tratamento)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
K45d	Khair, Amir. Direita, volver! / Amir Khair. – São Paulo, SP: Vento Forte, 2020. 172 p. : il. ; 16 x 23 cm ISBN 978-65-86225-12-9 1. Economia. 2. Direita e esquerda (Ciência política). 3. Brasil – Política e governo. 4. Neoliberalismo. I. Título. CDD 320.5
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

EDITORA VENTO FORTE

Rua Ermelinda Meletti Teldeschi, 377 – Conj. 2

CEP 04785-100 – São Paulo – SP • Brasil

www.editoraventoforte.com.br

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	7
<i>PREFÁCIO</i>	19
NÃO É POR AÍ	29
LUZ NO FIM DO TÚNEL?	33
NUVENS CARREGADAS	39
MAIS 20 ANOS?	45
ELIMINAR DESPERDÍCIOS	51
PRIMEIRO PASSO	55
ARMADILHA MONETÁRIA	59
BOMBA PARA 2018	61
O CÃO MORDENDO O RABO	65
TRUMP	69

NÃO HÁ MAIS TEMPO A PERDER	73
PERSPECTIVAS PARA 2017	77
DIAGNÓSTICO E PROPOSTA	81
DESAFIOS AO CRESCIMENTO	85
PREVIDÊNCIA SOCIAL – ABRIR A CAIXA-PRETA	89
VISÕES DIFERENTES	93
PONTE ARRASTADA	97
NUVENS CONTINUAM CARREGADAS	99
SERÁ QUE A ECONOMIA ESTÁ SAINDO DA CRISE?	101
SALVE-SE QUEM PUDE	103
POR QUE FRACASSOU A POLÍTICA ECONÔMICA	105
NÃO SERÁ DE ESTRANHAR	107
O TIRO SAIU PELA CULATRA	109
LULA: A AMEAÇA	111
INSTITUIÇÕES DE COSTAS PARA A SOCIEDADE	113
ENGANAÇÃO FISCAL	115
A IMPORTÂNCIA DE SÃO PEDRO	117

PROTEÇÃO A MONOPÓLIO	119
O BÊ-Á-BÁ DA INFLAÇÃO	123
O ATRASO NO CAPITALISMO TUPINIQUE	125
A QUEDA DE DILMA	127
A ÚLTIMA CARTADA	131
CONTINUÍSMO OU MUDANÇA	133
NÃO MEXAM NA SEGURIDADE SOCIAL	135
CAUSAS DO ROMBO FISCAL E SAÍDAS VIÁVEIS	143
PERSPECTIVAS ECONÔMICAS PARA 2018	147
PERSPECTIVAS 2018 – COM OU SEM LULA	149
ECONOMIA E ELEIÇÕES	151
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	153
PREVIDÊNCIA SOCIAL EM DEBATE	157
CONSUMO DAS FAMÍLIAS, O XIS DA QUESTÃO	161
BRASIL EM MARCHA À RÉ	165
REFORMA PARA QUEM?	167
SAIR DA ARQUIBANCADA	169

INTRODUÇÃO

Este quarto volume, integrante de uma série de livros que reúne artigos de Amir Khair publicados em jornais, revistas e nas redes sociais no decorrer de mais de uma década, ordenados de forma cronológica com o recorte nos ciclos econômicos e políticos, reúne artigos publicados entre maio de 2016 e dezembro de 2018, período da gestão de Michel Temer na presidência da República.

Michel Temer assumiu de forma interina a presidência em 12 de maio de 2016, após a decisão do Senado de aceitar a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Em seu discurso de posse como interino, Temer se comprometeu com um conjunto de reformas que, em tese, trariam o equilíbrio das contas públicas e a retomada do crescimento econômico. A aplicação de receituário econômico está contida no documento “Uma Ponte para o Futuro” como um real programa de governo lançado em 29 de outubro de 2015 pelo PMDB com a chancela do PSDB, dois meses após Temer abandonar o posto de articulador do governo. O documento “Uma Ponte para o Futuro” parte do diagnóstico de que a Constituição de 88 criou direitos sociais similares aos constituídos no pós-guerra em países desenvolvidos, o denominado estado de bem-estar social, incompatíveis a um País de renda média como o Brasil. Avalia que os direitos sociais criaram despesas crescentes que comprometeram de forma estrutural o resultado primário (receitas menos despesas, exclusive juros). Diz o documento: *“As despesas públicas primárias, ou não financeiras, têm crescido sistematicamente acima do crescimento do PIB, a partir da Constituição de 1988”*.

Segundo o documento, o equilíbrio fiscal alcançado por meio das reformas estruturais restauraria a confiança dos agentes econômicos, o que propiciaria a ampliação do investimento privado e a consequente retomada do crescimento econômico. O objetivo era alcançar um crescimento sustentado com taxa média entre 3,5% e 4%, o que corresponderia a um aumento anual de 2,5% do PIB per capita. No jargão econômico, a denominada contração expansionista.

Dois dias após o lançamento do documento, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso publicou artigo no jornal O Globo clamando pela formação de um consenso nacional em torno das reformas propostas no “Uma Ponte para o Futuro”.

O documento “Uma Ponte para Futuro” não apenas foi fundamental para selar a aliança entre PMDB e o PSDB, mas também aglutinou amplos setores do capital, da mídia e de economistas de matriz ortodoxa e os chamados analistas de mercado.

Michel Temer assume de forma definitiva a presidência da República em 31 de agosto, após a conclusão do processo de impeachment no Senado. Após um mês, em 21 de setembro, após almoço com empresários e investidores em Nova York, afirma que a presidente Dilma Rousseff caiu porque não aceitou implementar as propostas contidas no documento “Uma Ponte para o Futuro”. Nas palavras de Temer: *“Há muitíssimos meses atrás (sic), nós lançamos um documento chamado ‘Ponte para o Futuro’ porque verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo e até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento. Como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou, agora, com a minha efetivação como presidente da República”*.

O discurso da austeridade com o significado de corte de gastos primários já teve início no próprio segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, sob a batuta do ministro da fazenda Joaquim Levy. Um plano de ajuste das contas públicas de curto prazo via corte de despesas e reformas nos critérios de concessões de benefícios sociais. Uma austeridade fiscal acompanhada pela elevação da taxa de juros básica, que transformou uma desaceleração econômica em uma profunda recessão.

A ascensão de Michel Temer à presidência da República, em uma conjuntura de hegemonia da austeridade no discurso econômico, sacramentou o predomínio de um conjunto de reformas estruturais propostas em “Uma Ponte para o Futuro”, como: a) controle das despesas públicas no longo prazo via o teto de gastos públicos, determinado por lei; b) reforma trabalhista; c) acabar com as vinculações orçamentárias nas áreas da saúde e educação; d) reforma da Previdência; e) desindexação dos benefícios da previdência em relação ao salário mínimo; e f) transferência de ativos do setor público para o setor privado. Um conjunto de reformas focadas no corte de despesas primárias, com ênfase nos gastos sociais e na flexibilização das relações de trabalho, via corte de direitos e enfraquecimento das representações sindicais.

Marcado por escândalos e denúncias que envolviam o próprio presidente, Temer encerrou o período de mandato como o mais impopular presidente desde a redemocratização do País. Avaliado como ruim ou péssimo por 74% da população, bom ou ótimo para apenas 5%, o governo Temer encaminhou e aprovou a Emenda do Teto de Gastos Públicos, que limitou por 20 anos o aumento dos gastos públicos à correção da inflação do ano anterior.

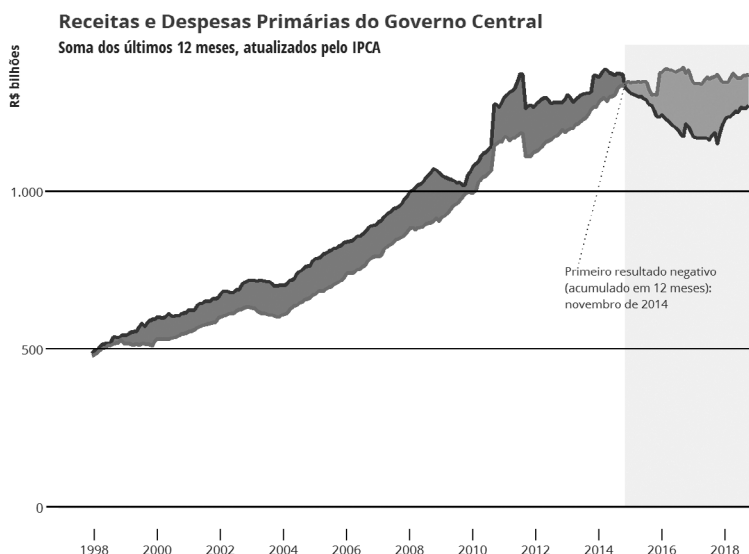
No período, também foi aprovada a reforma trabalhista que, em síntese: a) ampliou as possibilidades de utilização de modalidades de contratação e introduziu a figura do contrato intermitente, do trabalhador autônomo permanente e do home office; b) viabilizou inúmeras formas de flexibilização de direitos, inclusive no memento de demissão sem justa causa; c) o negociado entre empresas e sindicatos passou a prevalecer sobre o estabelecido em lei; d) dificultou o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho; e) acabou com a contribuição sindical obrigatória; e f) aprovou a lei das terceirizações, que permitiu a terceirização de todas as atividades das empresas (anteriormente era vedada a terceirização de atividades fins).

Os artigos dialogam de forma crítica com as medidas econômicas e as reformas encaminhadas no período, incluindo a tentativa de reforma da Previdência, frustrada após o desgaste do presidente por denúncias de corrupção e o episódio da divulgação de gravação de sua conversa com Joesley Batista em encontro fora da agenda. Uma crítica que acompanha as especificidades das reformas e das medidas econômicas, ausente em boa parte dos meios de comunicação, mas que vai além do governo Temer ao questionar os fundamentos que norteiam o conjunto reformas preconizadas pelo documento “Uma Ponte para o Futuro”.

O diagnóstico da questão fiscal, ao focar de forma genérica nas despesas primárias, negligencia os fatores da receita, da gestão e da qualidade dos gastos públicos, bem como as despesas financeiras com juros, elemento fundamental da conta nominal.

O Brasil obteve sucessivos superávits primários de 1997 a 2013. Apenas a partir novembro de 2014, com a estagnação da

economia e a consequente perda de receitas, a conta primária passou a ser deficitária na soma dos últimos doze meses. No decorrer do tempo a ampliação das despesas acompanha o incremento das receitas, como evidencia o gráfico abaixo.



Fonte: Reprodução de Tesouro Nacional (junho/2020)

A visão fiscalista de “Uma Ponte para Futuro”, focada apenas nas despesas primárias, não obteve sucesso no equilíbrio das contas públicas. Ao correr atrás do rabo, no corte das despesas, sem nenhuma recuperação da economia e, por consequência, das receitas públicas, apenas piorou o resultado primário. No principal indicador fiscal da relação Dívida Pública Bruta / PIB, ocorreu no período Temer um avanço de aproximadamente 10 pontos percentuais, passando de 67% em maio de 2016 para 76,5% no término de 2018, apesar de usar receitas extraordinárias (repatriação, Refis, privatizações, devoluções do BNDES etc.).

No último ano do governo Temer, em 2018, os gastos com juros ficaram em R\$ 379,184 bilhões, contra R\$ 400,826 bilhões em 2017. Esse resultado correspondeu a 5,52% do Produto

Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no País.

O déficit nominal, formado pelo resultado primário e os gastos com juros, atingiu R\$ 487,442 bilhões, o que corresponde a 7,1% do PIB. Observa-se que 78% do déficit público corresponde às despesas financeiras, com juros. Mas o automatismo fiscalista contido em “Uma Ponte para o Futuro” acreditava na determinação unívoca das despesas primárias.

Enquanto o pagamento de juros e serviços da dívida pública não entrava na conta de austeridade, focada nas despesas primárias, ampliaram-se as transferências de recursos ao mercado financeiro com as altas taxas de juros básicas.

Na tabela a baixo observa-se que após dois anos de recessão, 2015 e 2016, mesmo sobre um patamar muito baixo, a economia apresentou dois anos de estagnação, com o crescimento pífio de 1,3%.

Indicadores Econômicos (2013 – 2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Atividade Econômica						
Crescimento real do PIB - %	3,0	0,5	-3,5	-3,3	1,3	1,3
PIB nominal - BRL bi	5.332	5.779	5.996	6.269	6.583	6.889
PIB nominal - USD bi	2.468	2.455	1.800	1.798	2.063	1.884
População - Milhões	200,0	201,7	203,5	205,2	206,8	208,5
PIB per capita - USD	12.342	12.169	8.847	8.764	9.974	9.038
Taxa nacional de desemprego - média anual (*)	7,1	6,8	8,5	11,5	12,7	12,3
Taxa nacional de desemprego - fim do ano (*)	6,8	7,1	9,6	12,7	12,4	12,2
Inflação						
IPCA - %	5,9	6,4	10,7	6,3	2,9	3,7
IGP-M - %	5,5	3,7	10,5	7,2	-0,5	7,5
Taxa de Juros						
Selic - final do ano - %	10,00	11,75	14,25	13,75	7,00	6,50

Indicadores Econômicos (2013 – 2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Balanço de Pagamentos						
BRL / USD - final de período	2,36	2,66	3,96	3,26	3,31	3,88
Balança comercial - USD bi	2	-4	20	48	67	58
Conta corrente - % PIB	-3,2	-4,1	-3,0	-1,3	-0,7	-2,2
Investimento direto no país - % PIB	3,0	3,6	3,6	4,1	3,3	4,1
Reservas internacionais - USD bi	376	374	369	372	382	387
Finanças Públicas						
Resultado primário - % do PIB	1,7	-0,6	-1,9	-2,5	-1,7	-1,6
Resultado nominal - % do PIB	-3,0	-6,0	-10,2	-9,0	-7,8	-7,1
Dívida pública bruta - % do PIB	51,5	56,3	65,5	69,9	73,7	76,5
Dívida pública líquida - % do PIB	47,3	56,7	37,6	40,9	38,0	34,5

A agenda de reformas do documento “Uma Ponte para o Futuro” parte da concepção de que o dinamismo da economia é determinado pelo investimento privado e as decisões de investir por parte dos empresários têm como parâmetro o grau de confiança, de previsibilidade na evolução das contas públicas e da política econômica. Segundo essa visão, o crescimento via consumo está esgotado. *“Nos últimos anos o crescimento foi movido por ganhos extraordinários do setor externo e o aumento do consumo das famílias, alimentado pelo crescimento da renda pessoal e pela expansão do crédito ao consumo. Esses motores esgotaram-se e um novo ciclo de crescimento deverá apoiar-se no investimento privado e nos ganhos de competitividade do setor externo, tanto do agronegócio, quanto do setor industrial”* – afirma-se na página 17 do documento¹.

Em relação aos investimentos privados, o mito da confiança não funcionou. Como observado nos diversos artigos, o fator

¹ “Uma Ponte Para o Futuro”, Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível in <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

determinante para ampliação dos investimentos privados é a expectativa de ganhos futuros com a ampliação de vendas de produtos e serviços, ou seja, a ampliação da demanda.

As reformas que visam apenas ao lado das despesas do governo comprimem as transferências de renda aos estratos de menor renda, assim como o corte de direitos trabalhistas e o fim da política de valorização do salário mínimo diminuem a renda do trabalho, gerando um menor poder de compra das famílias e, conseqüentemente, a limitação do consumo, motor de arranque do crescimento econômico.

No lado fiscal, a ampliação do consumo determina a ampliação das receitas públicas via impostos, ainda mais em uma estrutura tributária com forte presença de impostos indiretos (sobre bens e serviços). Com a ampliação das receitas se atinge mais rapidamente o equilíbrio das contas públicas.

Em um país marcado por profundas desigualdades, os gastos sociais das políticas públicas e as transferências diretas de renda aos setores de menor renda, além de atuarem sobre os indicadores sociais, na medida que ampliam o poder de consumo das famílias, dinamizam a economia.

Estudo do IPEA de 2011 afirma: *"Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda"*. Ao cruzar dados econômicos do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), chegou à conclusão de que os gastos em educação e saúde têm retorno superior ao de outras atividades. O multiplicador do PIB para a educação foi 1,85 e o da saúde, 1,70.

Multiplicadores a partir do aumento de 1% do PIB, conforme tipo de gasto:

Tipo de gasto/ demanda	Multiplicador PIB (%)	Multiplicador renda das famílias (%)
Demandada agregada	1,57	1,17
Educação e Saúde	1,78	1,56
Educação	1,85	1,67
Saúde	1,7	1,44
Construção Civil	1,54	1,14
Exportação primários	1,4	1,04
BF	1,44	2,25
BPC	1,38	2,2
Previdência	1,23	2,1

Fonte: IPEA

Ainda cabe observar que, em relação ao esgotamento do consumo como motor do crescimento, a relação entre crédito e PIB no Brasil é da ordem de 50%, similar à de países da América Latina, com economias bem menos diversificadas que a brasileira, e bem abaixo da média mundial, de 130%, ou à dos países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 147%.

O grande entrave são as taxas exorbitantes cobradas no crédito, o que faz com que, em média, os custos com amortização e juros de dívidas consumam 20% do orçamento familiar.

A concepção de austeridade que norteia o documento “Uma Ponte Para o Futuro” é injusta do ponto de vista social, ao ignorar as profundas desigualdades do País. Além disso, é contraproducente na esfera econômica, já que ao contrair a renda das famílias, limita o poder de consumo, o que leva à estagnação da economia. Por fim, é equivocada: pois ao limitar o equilíbrio fiscal às despesas primárias, negligencia a qualidade das despesas, as receitas e os gastos financeiros.



PREFÁCIO

O futuro não é mais o que era.

Paul Valéry (1871-1945)

Há uma célebre frase do escritor e poeta francês Paul Valéry, “*o futuro não é mais o que era*”, sobre a qual já se debruçaram diversos pensadores procurando dela extrair ou a ela atribuir sentidos os mais diversos. Talvez a interpretação mais direta e objetiva que lhe foi conferida seja, simplesmente, a de que as imagens que as pessoas (em sua quase totalidade) tinham do futuro, há não muito tempo (algumas décadas, digamos), não mais correspondem à realidade do presente, então futuro. Sofisticando um pouco essa ótica, Adauto Novaes² diz que, nessa frase, “*Valéry estava apenas reconhecendo que as imagens que tínhamos do futuro perderam sentido e que a modernidade não pode mais desdobrar seu pensamento. ‘Ninguém mais sabe que ideias e que modos de expressão estarão inscritos na lista das perdas, que novidades serão proclamadas’*”.

Isso talvez explique, ao menos em parte, a inquietude e o inconformismo de muitos de nós com relação às mazelas do mundo no tempo presente, sobretudo aquelas que envolvem, no nosso País, ao nosso redor, a pobreza, as profundas desigualdades sociais, a péssima distribuição de renda etc. É nesse tempo presente (no intervalo entre passado e futuro que, lembrando aqui Hannah Arendt, consubstancia “*a única região talvez na qual a verdade poderia aparecer um dia*”³) que mergulha Amir Khair, inquieto e inconformado com os erros da

2 NOVAES, Adauto - Mundos possíveis. “In” Mutações: O futuro não é mais o que era, organizado por Adauto Novaes. São Paulo, Edições SESC/SP, 2013, p.16.

3 Trecho de uma citação feita por Adauto Novaes (op.cit., p.14).

política econômica, com a corrupção e com o quadro socioeconômico brasileiro, dentre outros. E se insere nesse contexto de modo propositivo, não se limitando a apontar erros, mas com ideias e sugestões capazes de levar, na sua visão, a um futuro mais igualitário, justo e solidário.

Assim, devo dizer da grande satisfação trazida pelo convite para escrever este prefácio para mais um livro do Amir, à qual sobreveio, contudo, a preocupação sobre como fazê-lo. Primeiro, pelo fato de se tratar de uma coletânea variada e rica de artigos por ele produzidos entre junho/2016 e dezembro/2018, abarcando, portanto, o tumultuado período que vai do início da segunda parte do processo de impeachment de Dilma Rousseff até a fase de preparativos para a posse de Jair Bolsonaro, ou seja, praticamente a totalidade do governo de Michel Temer.

Isso coloca para o prefaciador, desde logo, a responsabilidade de não diluir ou diminuir, num breve prefácio, a importância e a riqueza de informações e análises desse período, próprias dos trabalhos do Amir, assim como, por outro lado, de não fazê-lo exageradamente extenso e cansativo.

Em segundo lugar, porque, lembrando aqui uma conhecida frase de Tom Jobim sobre o Brasil, o conjunto dos textos do Amir “não é para principiantes”. Seus trabalhos, em que o rigor no tratamento dos dados econômicos e sociais disponíveis está presente nas análises baseadas em fontes oficiais e interpretação sistêmica, traduzem uma clara ruptura com o pensamento conservador, a começar por uma recusa a alguns cânones da ortodoxia econômica que tendem, não raro, à indicação de caminhos que ignoram a realidade econômica, política e, sobretudo, social do Brasil.

Nesse sentido, entendo que o Amir se situa entre os pensadores (ditos, geralmente, heterodoxos) que não aceitam a mera transposição de modelos de países desenvolvidos, plasmados em outros contextos históricos e/ou para realidades substancialmente distintas da brasileira, entendendo que a diversidade e a especificidade dos cenários político e socioeconômico do Brasil reclamam soluções diferenciadas que, sem descuidar de princípios e conceitos fundamentais (como, por exemplo, na questão da responsabilidade fiscal), e de lições advindas da experiência, sejam capazes de promover um crescimento econômico combinado com a indispensável, concomitante e tão rápida quanto possível redução da pobreza, dos desníveis de renda, da desigualdade social em si.

Aliás, a preocupação constante com as demandas sociais justas e urgentes, aliada à defesa da responsabilidade fiscal, da ética, dos conceitos e dos princípios essenciais da gestão pública, permeia, claramente, o conjunto de seus textos. Exemplo disso é o artigo *Eliminar desperdícios* (28/08/2016), quando diz que “*é fundamental controlar com máximo rigor as despesas públicas*”, uma vez que os recursos vêm “*da sociedade através dos tributos, especialmente das camadas de renda média e baixa, que dependem de serviços e auxílios do Estado*”, de modo que a gestão ineficiente, a não eliminação de desperdícios e os desvios de qualquer ordem “*atentam contra o interesse social*”.

Da mesma forma, ao criticar a proposta de reforma da Previdência apresentada no governo Temer (artigo *Primeiro passo*, de 11/09/2016), disse Amir que era preciso “*aprimorar a gestão, reduzindo a elevada inadimplência e a sonegação, coibir desvios e acabar com privilégios injustificados como acúmulos de*

pensões e aposentadorias”, e concluiu: “São dezenas de bilhões de reais perdidos”.

Aliás, logo no primeiro artigo do livro (*Não é por aí*, de 05/06/2016) Amir já houvera sido incisivo quanto à importância do respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Depois de dizer que o cumprimento das metas fiscais primária e nominal deve ser observado *“a cada bimestre e feito o ajuste necessário no caso de desvios de receitas e/ou despesas (artigo 9.º)”*, completou com uma crítica contundente: *“Se os tribunais de contas, que existem para fiscalizar o cumprimento da LRF, cumprissem sua função, não teríamos chegado a essa situação”.*

E reclamou, nesse mesmo artigo, uma política monetária condizente com a necessidade de contenção da dívida pública ao dizer: *“Há que cobrar eficiência e controle no gasto público e responsabilidade e compromisso da política monetária no forte impacto que causa na despesa com juros. Essa a questão central. A ausência disso está levando a falsas saídas que só agravam a crise fiscal e vão por caminhos tortuosos querendo impor mais sacrifícios à sociedade. Chega de ilusões e de pacotes! Não é por aí”.* Posteriormente, em *Causas do rombo fiscal e saídas viáveis*, de 01/01/2018, desabafou: *“Chega de subterfúgios e descarga da crise sobre a população mais pobre do País”.*

Importante salientar que esse controle rigoroso das despesas constitui, na visão do Amir, não mais que uma obrigação do administrador público de conferir eficiência à gestão da coisa pública (a res publica), não se confundindo, pois, com a posição, usualmente adotada por certas visões de corte liberal, de focar a política fiscal quase que somente pelo lado da despesa, o que é tão mais grave quando se prende apenas à despesa primária

e negligencia o impacto absurdo dos juros (a taxa Selic) sobre a dívida pública. E, para complicar, conferindo quase nenhuma atenção à questão da receita.

Seu rigor no tocante à observância da legislação e no tratamento dos dados resta bem evidenciado no artigo intitulado *Não mexam na Seguridade Social* (29/12/2017), em que, além de se apoiar em disposições constitucionais específicas, apresenta uma série de gráficos de elaboração própria, baseados em fontes oficiais, para demonstrar, contrariando as afirmações do governo, que a estrutura da Seguridade Social (englobando Previdência, Saúde e Assistência Social) era plenamente viável em termos fiscais, o que o levou a concluir dizendo: “*As previsões alarmistas do governo, sem transparência, premissas claras e sem memória de cálculo (planilhas) como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, não apresentam prova técnica e levantam suspeitas sobre suas conclusões*”.

Outro ponto relevante no conjunto dos seus textos é o que concerne ao crescimento econômico como elemento de caráter estruturante, essencial tanto para o equilíbrio das contas públicas, com destaque para as da Previdência Social, como para a melhoria do conjunto dos indicadores macroeconômicos, podendo viabilizar, ademais, políticas sociais mais amplas e exitosas. De se ressaltar que, nesse ponto, a sua ótica diverge completamente do mainstream econômico liberal, visto que, para ele, o vetor principal do crescimento não é o investimento, mas sim o consumo das famílias.

Veja-se, por exemplo, o artigo denominado *Consumo das famílias, o xis da questão* (12/11/2018), em que ressalta Amir o fato de o consumo das famílias representar, aproximadamente, 65% do PIB, respondendo o governo por 20% e os investimentos

pelos demais 15%. Assim, diz ele que *“a determinação do crescimento econômico está na demanda agregada, no consumo”* e que *“sem uma perspectiva de venda, não existe ampliação do emprego e nem investimento em ampliação de plantas ou abertura de novos negócios”*.

Essa ótica em relação à potência do consumo como alavanca do crescimento está expressa, também, em outros artigos, como no de 17/07/2016 (*Nuvens carregadas*), em que, após fazer uma análise realista e aprofundada das perspectivas para aquele ano e os seguintes (tendo acertado substancialmente, contrariando boa parte dos economistas), disse ele: *“Para haver crescimento há que ter aumento do consumo das famílias, responsáveis pela maior parte do Produto Interno Bruto (PIB). O alto nível de desemprego tende a permanecer e até crescer, segundo avaliações correntes. Os rendimentos do trabalho tendem a perder poder aquisitivo pelo processo inflacionário não repostos nos reajustes salariais. O alto nível de endividamento está comprometendo quase metade do orçamento das famílias. Tudo conjugado: desemprego em alta, salários em baixa e elevado endividamento constituem a principal barreira ao crescimento do consumo das famílias”*.

Desta forma, o conjunto das abordagens feitas pelo Amir sobre crescimento econômico, distribuição de renda, redução da pobreza, etc., sugere que, no tocante à questão do desenvolvimento, o seu pensamento poderia ser inserido no contexto das novas proposições surgidas na esfera da análise do relacionamento entre Estado, sociedade e mercados, que trazem a indicação de novos vetores na linha do diálogo horizontal e do pragmatismo democrático, dentre outros, de que são exemplos as concepções do desenvolvimento como liberdade (Amartya

Sen) e do desenvolvimento como descoberta (Dani Rodrik e Ricardo Hausmann), consoante referidas por Schapiro e Trubek⁴.

Indispensável destacar, outrossim, a coerência revelada pelo Amir ao longo do tempo, mantendo intacto o núcleo central de suas ideias e posições mesmo em cenários em que visões opostas pareciam, no discurso de outros analistas, capazes de lograr bom êxito. Exemplo disso está na sua firme defesa, sempre, da necessidade de redução significativa dos juros no Brasil, seja no tocante à taxa Selic (com foco na relação “Dívida Pública/ PIB” e no endividamento público em si), seja no âmbito do mercado financeiro, reclamando a redução drástica dos absurdos spreads bancários (objetivando potencializar o consumo das famílias e prover liquidez e capacidade de investimento às empresas).

Em artigo de 19/06/2016 (*Luz no fim do túnel?*) ele foi direto a esses dois pontos, começando por dizer que achava difícil o governo Temer *“trilhar caminho diferente”* do apresentado pela equipe econômica de então, pois, *“com banqueiros no comando do Ministério da Fazenda e do Banco Central”*, tenderia a seguir *“a cartilha do mercado financeiro da danosa prática de juros elevados”*. E arrematou dizendo considerar *“impossível sair do atoleiro fiscal e da recessão sem rápida e forte redução das taxas de juros”*, seja a básica, que atenta *“contra as finanças públicas”*, sejam aquelas oferecidas ao tomador final, que representam um *“freio ao consumo e à oferta e investimento das empresas”*. Destarte, concluiu: *“Sem luz no fim do túnel”*.

Detentor de um profundo e invejável domínio da questão

4 SCHAPIRO, Mario G. e TRUBEK, David M. – Redescobrimdo o Direito e Desenvolvimento: experimentalismo, pragmatismo democrático e diálogo horizontal. “In” Direito e Desenvolvimento: um diálogo entre os BRICS, org. por Schapiro Mario G. e Trubek David M., da Coleção Direito, Desenvolvimento e Justiça. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012, p.41 e segs.

orçamentária no Brasil, tanto sob o prisma da legislação aplicável, que conhece sobejamente, como das contas e dos números em si, Amir mostra, ainda, uma visão macroeconômica abrangente e marcada por um aguçado senso de realidade no tocante ao enlace entre as esferas decisórias política e econômica, o que o faz apontar, com frequência, o expressivo e pouco empregado (nos governos Dilma e Temer) arsenal de instrumentos e medidas capazes de levar a boas soluções por parte do Poder Executivo sem a necessidade de prévia manifestação parlamentar.

Sobretudo no período em que a Operação Lava Jato trazia potenciais ameaças a parlamentares e dirigentes de outros grandes partidos, além do PT, Amir demonstrava preocupação em relação ao comportamento do Congresso no tocante à aprovação de medidas econômicas relevantes. Daí a sua insistência, ponderado o “cálculo político”, para que o Poder Executivo evitasse ao máximo a dependência de aprovações legislativas para adotar certas medidas econômicas e sociais indispensáveis.

Isso aparece com clareza em *Bomba para 2018*, de 09/10/2016, em que Amir se refere a medidas que “*não dependem do Congresso*” e que poderiam ser “*implementadas gradualmente até o fim de 2017*”, de modo a levar a relação dívida/PIB, já no ano seguinte, para o nível de 40%, “*em linha com a média dos países emergentes*”. Essas medidas consistiriam na eliminação do que entendia serem desperdícios (“*manter excesso de reservas internacionais, que têm alto custo de carregamento*”; não utilizar “*parte da disponibilidade do Tesouro Nacional para reduzir as custosas operações compromissadas do Banco Central*”; e não fazer retornar do BNDES para o Tesouro Nacional o valor dos “*empréstimos subsidiados de mais de meio trilhão*”).

de reais”, apelidados de bolsa empresário), devendo, ademais, a Selic “*ir para o nível da inflação projetada para os próximos doze meses, como se faz internacionalmente*”.

Pouco depois, no artigo intitulado *Trump* (06/11/2016) disse ele que “*conter despesas é necessário, mas quando atinge a área social causa necessariamente perda de arrecadação, como ocorrido em 2003, 2009, 2015 e neste ano*”, de modo que “*o enfrentamento real do drama fiscal é reduzir juros e recuperar a arrecadação, ambas independentes do Congresso*”. E conclui: “*Este governo caminha ao largo disso*”.

Em *Não há mais tempo a perder*, de 20/11/2016, Amir demonstra verdadeira angústia com a não adoção, pelo governo, de medidas que “*não dependem do Congresso e podem ser implementadas gradualmente até o final do próximo ano*”, cujos reflexos, disse então, seriam “*rápidos, crescentes e potentes*”, podendo “*economizar cerca de R\$ 300 bilhões (!) por ano em juros e levar a relação dívida/PIB abaixo de 50% já em 2018*”. E completou: “*O País voltaria a ter grau de investimento. Essa sinalização é que pode dar sentido à tomada de decisões de empresários para retomar investimentos e de consumidores para retornar às compras. Não há mais tempo a perder*”.

Vale acrescentar que dentre as medidas por ele defendidas para equacionar adequadamente a questão fiscal brasileira está a da troca da emissão de títulos por emissão monetária, ponto esse em que se filia à tese que ficou conhecida como *Quantitative Easing* (QE), amplamente adotada por países desenvolvidos, a começar pelos Estados Unidos, na tentativa de solucionar a crise financeira de 2007/2008.

No mais, cumpre destacar, apenas, que o Amir apresenta, em alguns artigos, severas críticas em relação ao contexto político

em si, incluindo partidos e personagens específicos. Mesclando, por vezes, inconformismo e alinhamento ideológico, critica de forma incisiva alguns agentes políticos em termos, não raro, bastante “duros”, mostrando toda a sua indignação e despreço pelos desmandos, pela corrupção e pela traição de confiança praticada contra os eleitores e, no limite, contra todo o povo brasileiro. Cito, apenas à guisa de exemplos, os artigos *Nuvens continuam carregadas* (11/06/2017) e *Instituições de costas para a sociedade* (19/09/2017).

No primeiro deles, Amir fala da “*poderosa interação entre poder econômico e poder político*”, dizendo que “*um não vive sem o outro*”. Financiam não apenas campanhas, diz ele, “*mas principalmente as decisões do poder político em seu favor. São bilhões de reais a regar a cúpula política dos partidos fraudando continuamente os interesses da sociedade em favor do poder econômico*”. E finaliza em tom de indignação: “*O eleitor funciona como massa de manobra na mão dos corruptores do sistema democrático. E ainda tem gente que fala que apesar de toda a crise as instituições funcionam no País. Funcionam? Sim, mas a serviço dos interesses desse poder corrupto*”.

Assim, com uma percepção ampla e aguda da realidade, aliada a uma notável capacidade para lidar com dados e gráficos de forma diferenciada, Amir comenta diversas posturas de governo e de instituições públicas e privadas, mostrando vários de seus equívocos no tocante a questões como previdência social, política monetária (juros e inflação), e assim por diante. No artigo *Economia e eleições*, de 16/03/2018, por exemplo, ele demonstra, com números, o descabimento de atribuírem à ação do governo os resultados positivos da economia, os quais foram devidos, diz ele, essencialmente à agricultura, que crescera 13% em 2017 em

decorrência da *“colheita recorde ocorrida pelo regime de chuvas favorável em todo o período entre o plantio e a colheita”*, explicando, então, nada menos que 70% do pequeno crescimento de 1% verificado no PIB. E completou: *“Aqui cabe a pergunta: é mérito da política econômica adotada pelo governo? Não”*.

Enfim, seus textos revelam um ser inquieto, permanentemente inconformado com a incapacidade do Estado (a despeito da sucessão de diferentes governos, com composições de distintos matizes ideológicos) em dar respostas amplas e, sobretudo, duradouras às questões do crescimento econômico e das demandas sociais mais relevantes, incluindo educação, saúde e segurança, com a eliminação das desigualdades historicamente enraizadas e a promoção de um nível adequado de igualdade de oportunidades. E mostram, também, uma postura propositiva, já ressaltada no início deste prefácio, que o diferencia de boa parte dos analistas econômicos. Com efeito, vários de seus artigos trazem propostas concretas para substituir aquelas às quais dirige suas críticas.

Resumindo, Amir Khair se mostra um observador atento e perspicaz da realidade e do cotidiano político e econômico do País, cuja capacidade de lidar com dados, cálculos e gráficos enriquece as suas análises, tornando-o um crítico respeitado, capaz de oferecer ao debate público argumentos e contrapontos que muitas vezes escapam a boa parte dos analistas.

Portanto, considero muitíssimo bem-vinda a apresentação, agora sob o formato de livro, de coletâneas de artigos do Amir, iniciativa que disponibiliza não só aos seus leitores tradicionais, mas também a outros públicos, uma nova forma de contato com suas ideias, suas reflexões e suas propostas para o País.

Finalizando, lembro aqui um pensamento de Henry Miller,

extraído de uma citação de Gilles Deleuze⁵ : *"Para mim, vejam, os artistas, os sábios, os filósofos trabalham duramente polindo lentes. Não se trata senão de vastos preparativos com vistas a um acontecimento [um amanhã] que nunca cessa de se produzir. Um dia a lente será perfeita; e nesse dia todos veremos com clareza a assombrosa, a extraordinária beleza deste mundo".*

Pois bem, o Amir Khair segue, incansavelmente, "polindo lentes" com vistas a levar o País a um processo de desenvolvimento capaz de conjugar crescimento econômico robusto e melhoria expressiva da qualidade de vida para a sociedade como um todo. Tomara que a lente esteja perfeita o mais brevemente possível.

São Paulo, abril de 2020.

José Luiz Conrado Vieira

Doutor e Mestre em Direito Econômico (USP),
Professor do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa)
e membro do GACInt/USP.

5 DELEUZE, Gilles - Spinoza: Philosophie pratique (Paris: Les Éditions de Minuit, 2003, p.24). Tradução livre baseada em citação feita por Luiz Alberto Oliveira, então Curador do Museu do Amanhã, durante entrevista dada ao jornalista Roberto d'Ávila e apresentada em 22/06/2014 na programação da emissora GloboNews/Brasil.

NÃO É POR AÍ

05.06.16

O noticiário dos últimos dias foi marcado pelo valor do déficit deixado pelo governo Dilma para o governo interino Temer. Apareceu o rombo previsto de R\$ 170 bilhões. Certo? Não. Errado e enganoso. Faltou acrescentar cerca de R\$ 500 bilhões de juros. Considerando mais R\$ 100 bilhões de juros de Estados e municípios, o déficit do setor público pode alcançar neste ano, como apontado nesta coluna, R\$ 750 bilhões!

Por que será que houve essa omissão? Será porque juros não fazem parte do déficit? Não. Será porque os juros dependem, principalmente, da Selic e é necessário mantê-la elevada para controlar a inflação? Também não. Então por quê? Vejamos.

1 – Selic – Historicamente a Selic sempre foi elevada no País e uma das taxas básicas mais altas do mundo. Serve para baliar os ganhos financeiros de seus aplicadores. Um ano após a vigência do Plano Real, quando a inflação deixou a casa das dezenas, centenas e milhares, a Selic foi aos poucos baixando nos sucessivos comandos do Banco Central (BC).

O quadro apresenta essa evolução:

Evolução da Selic						
Presidente	início	fim	nº de dias	Selic	Inflação	Selic real
Tombini	01/01/2011	31/05/2016	1.977	10,8	7,2	3,3
Meirelles	01/01/2003	01/01/2011	2.922	14,9	5,9	8,5
Armínio	04/03/1999	01/01/2003	1.399	19,5	8,7	9,9
Gustavo Franco	20/08/1997	04/03/1999	561	24,8	2,7	21,5
Gustavo Loyola	3/06/1995	20/08/1997	799	29,6	11,4	16,3

Fonte: dados básicos do Banco Central e do IBGE - elaboração própria.
Valores médios em porcentagem anual.

Mas a partir de 18/04/2013 passou a subir desde 7,25% até 14,25%, sete pontos em 30/07/2015, permanecendo até hoje neste valor. Considerando a inflação projetada para os próximos doze meses (6,21%), alcança um valor real de 7,6%. Embora elevada na comparação internacional, cujo nível é próximo de zero, é ainda inferior à média da gestão dos ex-presidentes do BC antes de Tombini.

Mas, não controla a inflação? Só em pequena parte. A que se refere aos preços de bens sujeitos à concorrência externa. Estes representam cerca de 20% no peso da composição do IPCA, pois os preços de serviços, alimentos e monitorados não dependem da Selic e pesam cerca de 80% na composição do IPCA.

Nos 20% que influenciam no IPCA, a Selic causa distorção na economia pela atração que exerce sobre os capitais especulativos internos e externos. Neste último, o efeito sobre o câmbio é de valorização do real, que barateia o produto importado. Isso freia o crescimento econômico, vazando parte da demanda para o exterior. A precária capacidade competitiva da indústria em face do competidor estrangeiro fica mais agravada.

2 – Questão fiscal – O principal indicador fiscal do País é a relação dívida/PIB e sua evolução. No conceito líquido da dívida são abatidos os haveres financeiros, principalmente reservas internacionais e empréstimos ao BNDES.

Até 2002 havia pouca diferença entre dívida bruta e líquida, pois as reservas internacionais eram baixas e não havia os volumosos empréstimos ao BNDES.

Ocorreu a seguinte evolução na dívida líquida: em 1991 era 38,2% do PIB e foi caindo até 28,0% em 1995, seu valor mínimo. A partir daí, passa a subir ininterruptamente até atingir 59,9% no final de 2002, seu valor máximo. Passa, então, a nova redução,

chegando a 30,5% no final de 2013 e, em seguida, passa a crescer atingindo 39,5% no final de abril.

No conceito bruto da dívida, têm-se dados sob a mesma metodologia a partir de 2006, quando atingiu 55,5%. Ela oscila até estabilizar, em 2010/2011/2013, em 51,7%, seu mínimo. Passa então a subir atingindo 67,5% ao final de abril.

As fortes subidas contínuas nessas relações são causadas, principalmente, pela elevada taxa básica de juros. Foi o que ocorreu no período 1995/2002, apesar dos fortes ingressos de recursos das privatizações, e de 2014/2016 até agora.

Algumas análises advogam nova rodada de privatizações para reduzir o ímpeto do crescimento dessa relação. Há que considerar, contudo, que a cada mês os juros acrescentam R\$ 36,9 bilhões à dívida, segundo a média dos últimos doze meses até março. Esse valor é bem superior à economia real “zero” nas despesas federais do plano Meirelles recém-lançado e do que seria conseguido com novas privatizações – o mais expressivo se deu no governo FHC.

Para complicar ainda mais as perspectivas fiscais, há forte pressão de Estados e municípios que estão em maus lençóis com atrasos até nos salários de servidores, e a Câmara acaba de aprovar novo reajuste para os servidores federais, que irá acrescentar R\$ 56 bilhões até 2019. Esse valor, que leva quatro anos para se realizar, corresponde a apenas um mês e meio (!) de despesa com juros.

Como o PIB deve cair cerca de 4% neste ano e, na melhor hipótese, estagnar no próximo ano e pouco crescer em 2018, se não for duramente atacado o rombo causado pelos juros, é possível que a relação dívida/PIB bata em 75% ao final deste ano e em 80% no próximo.

Vale repetir: é enganoso propagar que o déficit previsto para este ano seja de R\$ 170 bilhões no governo federal. Esse é apenas o déficit primário (que exclui juros). Ao considerar os juros, que é a parte do leão, esse déficit pode alcançar R\$ 670 bilhões no governo federal e R\$ 750 bilhões no setor público⁶. Vale observar que em 2015 a dívida bruta cresceu R\$ 675 bilhões!

A solução já apontada nesta coluna existe na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O cumprimento das metas fiscais primária e nominal deve ser observado a cada bimestre e feito o ajuste necessário no caso de desvios de receitas e/ou despesas (artigo 9º). Se os tribunais de contas, que existem para fiscalizar o cumprimento da LRF, cumprissem sua função, não teríamos chegado a essa situação.

Há que cobrar eficiência e controle no gasto público e responsabilidade e compromisso da política monetária no forte impacto que causa na despesa com juros. Essa a questão central. A ausência disso está levando a falsas saídas que só agravam a crise fiscal e vão por caminhos tortuosos, querendo impor mais sacrifícios à sociedade. Chega de ilusões e de pacotes! Não é por aí.

6 Na realidade o déficit foi de R\$ 563 bilhões, pois a despesa com juros foi de R\$ 407 bilhões devido ao governo desfazer as operações de swap cambial que turbinaram os juros em 2015, quando atingiram R\$ 502 bilhões.

LUZ NO FIM DO TÚNEL?

19.06.16

Há consenso nas análises de que sem crescimento não haverá saída possível. O problema é como se daria o crescimento estando o País afogado nessa severa crise. A aposta é que com a confiança depositada num novo governo com respaldo no Congresso serão aprovados projetos que permitirão desafogar o País.

A redução do ritmo de queda com os últimos dados divulgados trouxe esperança de que o pior já passou e algumas análises apontam para uma luz no fim do túnel. O fiador dessa esperança é a propalada competência técnica da nova equipe econômica.

Tenho dúvidas quanto a essa visão. Há uma interação forte e perigosa entre o front político e a realidade econômica. Vejamos.

1 – Situação política – Não confio no front político, que seria o ponto forte de Temer na sua relação com o Congresso. A cúpula parlamentar do PMDB está envolvida da raiz à cabeça em denúncias de corrupção, se acotovelando pela disputa de cargos no segundo escalão do Executivo e das estatais. Saem uns do governo afastado e entram outros deste governo interino. Tudo sob ameaça da devastação crescente da Lava Jato. As delações seguem a todo vapor e cada vez mais se ampliam, e os meios de comunicação cumprem importante função na defesa do prosseguimento dessa operação.

Fato é que cada figurão preso é ameaça a outros figurões. A insegurança política é o pano de fundo deste Congresso e do Executivo.

Depois do PT, as baterias apontam para o PMDB e PP, sócios no petróleo, e ameaças começam a aparecer sobre o outro ator, o PSDB. Há indícios de corrupção sobre seu presidente, Aécio

Neves, já manchado pela acusação de construir aeroporto na fazenda de um tio com recursos do governo do Estado de Minas Gerais, quando governador. Problemas, também, para o novo líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira, com a abertura de inquérito autorizada pelo Ministro Teori Zavascki com base nas declarações do dono da UTC, Ricardo Pessoa, de que teria recebido R\$ 200 mil de caixa 2 para sua campanha ao Senado.

A devastação causada pela delação de Sérgio Machado já fez cair três ministros e chegou a Temer, que se esforça para afastar suspeitas em torno de recursos ilícitos para a campanha da cúpula do PMDB para as eleições na Câmara e no Senado quando exercia, junto com a vice-presidência da República, a presidência do PMDB.

A delação dos executivos e donos das empreiteiras mal começou e, segundo Sarney, não ficará pedra sobre pedra. Imagino o estrago que pode ser causado se botarem a torçãozeira no Eduardo Cunha.

E para piorar segue no comando do processo de impeachment, no Senado, o senhor Renan Calheiros, dependurado em várias denúncias no Supremo Tribunal Federal.

Deixando de lado esse lamaçal, vamos ao campo econômico.

2 – Crescimento – A aposta do mercado é que com o novo governo vem a confiança de empresários e consumidores, que ficariam animados para retornar ao consumo e investiriam gerando o crescimento.

Teoricamente poderia funcionar. Afinal, sem confiança nada avança. Infelizmente, a credibilidade deste governo foi arranhada face aos escândalos e erros primários que aparecem a cada dia.

A equipe econômica, que parecia imune às bombas do

Congresso, foi deixada de lado no episódio do aumento do funcionalismo com impacto de R\$ 67,7 bilhões de 2016 a 2018. Dano maior poderá ocorrer na negociação com os Estados sobre a dívida.

Supondo, no entanto, que nada disso aconteceu, vamos analisar as propostas da equipe econômica num cenário limpo de problemas políticos.

O foco central é a questão fiscal, cuja solução é tida como ponto de partida para o crescimento.

As perspectivas declaradas são de longo prazo, pois avaliam que os estragos causados pela herança do rombo de R\$ 170 bilhões vão comprometer este e o próximo ano.

Defendem: a) limitar as despesas primárias (que excluem juros) ao valor do ano anterior, corrigidas pela inflação e; b) reforma da Previdência Social, com idade mínima. Trato, por questões de espaço, só o tema do limite de despesas.

Vale observar o seguinte:

3 – Limite de ação – O governo federal é responsável por cerca de 36% da despesa primária do setor público e 90% de sua despesa é considerada obrigatória, com os vencimentos (salários) dos três poderes e do Ministério Público e os benefícios previdenciários. Apesar da aprovação da Desvinculação de 30% da receita da União, a maior parte desses 36% é constituída por investimentos. Por aí se vê a estreita margem de manobra que tem a equipe econômica para reduzir despesas.

Por outro lado, a renegociação em curso com os Estados para aliviar os encargos das dívidas irá elevar as despesas estaduais no montante beneficiado, agravando o déficit público. Isso, por si só, pode anular boa parte da economia na esfera federal. O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, acabou de decretar o

estado de calamidade pública nas finanças do governo.

4 – Congelamento – Quanto à proposta principal de congelar despesas ao nível da inflação, se por um lado segura o montante a gastar, por outro cria conflitos entre despesas, principalmente entre os vencimentos de servidores dos três poderes e do Ministério Público com as áreas da Educação, Saúde e Previdência Social. A disputa atinge, inclusive, os investimentos. Os conflitos vão se acentuar com o passar dos anos, pois há crescimento vegetativo da população na área social.

As simulações decorrentes do congelamento apontam para déficits/PIB crescentes até 2022 para o cenário otimista de crescimentos de 2,5% ao ano e taxa básica de juro real (excluída a inflação) de 3% a partir de 2018.

5 – Juros – Caso não ocorram reduções expressivas do montante da dívida federal pela venda de reservas internacionais e abatimento dos swaps cambiais, mesmo com taxas de juros reais de 3% e crescimentos de 2,5% ao ano a partir de 2018, as despesas com juros inviabilizam esse modelo.

Só vejo uma saída, mencionada repetidas vezes nesta coluna: a) venda gradual do excesso de reservas internacionais para abatimento da dívida bruta; b) trocar a emissão de títulos pela monetária; e c) reduzir gradualmente, num prazo de seis meses, a Selic para o nível da inflação. O impacto fiscal é imediato e decisivo, e tem a vantagem de prescindir de negociações com este Congresso.

Acho, no entanto, difícil trilhar caminho diferente do apresentado por esta equipe econômica, que segue, com banqueiros no comando do Ministério da Fazenda e do Banco Central, a cartilha do mercado financeiro da danosa prática de juros elevados.

Impossível sair do atoleiro fiscal e da recessão sem rápida e

forte redução das taxas de juros, seja a básica, que atenta contra as finanças públicas, sejam aquelas ao tomador bancário, que representam um freio ao consumo, bem como à oferta e investimento das empresas. Sem luz no fim do túnel.



NUVENS CARREGADAS

17.07.16

Há questão de poucos dias havia a avaliação de que o fundo do poço da recessão tinha terminado e que já no segundo trimestre isso ficaria demonstrado. Infelizmente, um balde de água fria pôs por terra essa e outras avaliações com as informações do Banco Central, recém-divulgadas, sobre a evolução da atividade econômica.

Os dados do varejo também confirmaram a continuação da queda da atividade econômica, da mesma forma que a frustração da arrecadação pública.

Em face disso, novas previsões no mercado apontam para a recuperação a partir do segundo semestre. Será? Não creio.

A teoria das expectativas favoráveis à provável saída da presidente afastada parece não conduzir, necessariamente, a boas perspectivas com o atual governo interino.

De qualquer forma, o mercado ainda aposta no sucesso da equipe econômica considerada de alto nível, como selo de qualidade às ações deste governo, e, para o mês de agosto, as análises políticas correntes apontam para a consolidação política do governo Temer logo após a decisão final no Senado com a aprovação do impeachment de Dilma.

A partir daí poderiam ser anunciadas novas medidas que no momento poderiam pôr em risco o suporte político do atual comando.

Essas medidas a serem anunciadas poderão envolver redução/eliminação de direitos sociais conquistados, bem como novos tributos a serem lançados para compensar a perda crescente de arrecadação.

Supondo que se realizem essas medidas, o que se pode esperar para os próximos dois anos até as novas eleições presidenciais e de governadores de 2018?

Crescimento – Em termos de crescimento econômico, muito pouco a esperar. Para haver crescimento há que ter aumento do consumo das famílias, responsáveis pela maior parte do Produto Interno Bruto (PIB). O alto nível de desemprego tende a permanecer e até crescer, segundo avaliações correntes. Os rendimentos do trabalho tendem a perder poder aquisitivo pelo processo inflacionário não repostos nos reajustes salariais. O alto nível de endividamento está comprometendo quase metade do orçamento das famílias. Tudo conjugado: desemprego em alta, salários em baixa e elevado endividamento constituem a principal barreira ao crescimento do consumo das famílias.

O segundo componente da atividade econômica é o denominado consumo do governo, que é o gasto do governo em seus três níveis: União, Estados e municípios. Ao limite imposto às despesas pela perda de arrecadação vem se somar o impacto desfavorável do congelamento de despesas, que é a principal proposta da equipe econômica. Há que considerar que a pretensa economia de despesas afetará principalmente as camadas da população que mais dependem do Estado. Menos recursos destinados a essas camadas, além de agravar a tensão social, impactam desfavoravelmente o consumo dessas camadas. Assim, este componente do PIB poderá contribuir negativamente para a atividade econômica.

O terceiro componente, o investimento, depende em cerca de 80% a 90% das empresas, e estas, além de se encontrarem endividadas, amargam perda de receitas, elevada capacidade ociosa e custos financeiros em ascensão, que constituem

poderosa barreira ao investimento. Quanto à parte menor de 10% a 20% de investimento público, pouco a esperar, pois o congelamento de despesas é golpe mortal no investimento, que será a parcela a ser sacrificada diante da rigidez das despesas correntes como salários, aposentadorias, pensões e despesas de funcionamento da máquina pública. Assim, o mais provável é aguardar contribuição negativa deste terceiro componente do PIB.

O quarto e último componente do PIB é o fator externo dado pela diferença entre as evoluções da exportação e da importação. Com a desvalorização cambial que chegou a superar a R\$ 4,00 por dólar, as empresas passaram a retomar e ampliar suas exportações, ao mesmo tempo em que caíram fortemente as importações, contribuindo o fator externo para reduzir o tombo verificado no PIB pelos outros componentes.

Com a revalorização do real ocorrida nos últimos meses em face da mudança de expectativas dos agentes econômicos, o câmbio próximo a R\$ 3,00 começou a desestimular setores empresariais que estavam retomando exportações, o que pode comprometer o fator externo encerrando precocemente sua contribuição ao PIB.

Fiscal – O que esperar do front fiscal? Creio que menos ainda do que com a frustração do crescimento. A ênfase na redução das despesas como tônica da nova equipe econômica tem implicações profundas na arrecadação. Há verso e reverso de impacto fiscal com a redução de despesas. As reduções visando benefícios sociais como salários, aposentadorias e pensões, programas de renda e recursos para as áreas sociais, que beneficiam camadas da população das classes C, D e E, que dependem de serviços e recursos do Estado, têm como

contrapartida o menor consumo das famílias e, consequentemente, menor venda no comércio, na produção e, no final da linha, na arrecadação pública ligada ao faturamento e lucro das empresas e nas contribuições à Previdência Social.

Vale lembrar que em 2015 o déficit fiscal atingiu R\$ 613 bilhões (10,34% do PIB), dos quais R\$ 502 bilhões (8,37% do PIB) foram despesas com juros e R\$ 111 bilhões (1,86% do PIB) foram de déficit primário. Assim, os juros responderam por 82% do déficit do setor público, e o déficit primário por 18%. No âmbito deste déficit primário de 18% a perda de arrecadação foi de 13%, e o aumento de despesas, 5%. Assim, em resumo, o déficit público em 2015 foi explicado em 82% pelos juros, 13% pela perda de arrecadação e apenas 5% pela elevação de despesas. Neste ano, composição semelhante poderá ocorrer.

Para 2017 e 2018 pouco a esperar da recuperação da arrecadação. Vale apontar que para crescimentos econômicos inferiores a 2% ao ano a inadimplência ainda se mantém elevada, dificultando o crescimento real (descontada a inflação) da arrecadação. Essa é a perspectiva fiscal do resultado primário, ou seja, nulo ou negativo.

Quanto ao maior componente do déficit, que são os juros, vai depender da visão predominante do Banco Central (BC) quanto ao comportamento da Selic. Creio que se predominar a tese de que os juros só vão cair se a inflação permitir, o que sempre ocorreu na história do BC, pouco a esperar na questão fiscal. O fato é que todas as análises divulgadas de previsão de evolução da relação dívida bruta/PIB apontam para crescimento até, pelo menos 2020. Índices crescentes afetam o componente juros, a menos que a redução mais forte da Selic possa ajudar.

Como a Selic nunca ficou abaixo de 7,25% e como a dívida bruta caminha para 70% do PIB neste ano, a despesa mínima com juros seria de 5% do PIB (7,25% de 70%) ⁷. Assim, continuaria crescendo a relação dívida/PIB, mesmo com déficit primário zero e taxa Selic no seu mínimo histórico.

Em conclusão, até 2018 as nuvens continuarão carregadas e o cenário das eleições pode levar aos governos federal e estaduais opositores aos atuais ocupantes do poder. E tudo isso sem considerar a continuidade da devastação política causada pela Operação Lava Jato. A conferir.

⁷ Os juros, na realidade, atingiram 6,49% ao final de 2016.



MAIS 20 ANOS?

31.07.16

É natural que haja otimismo em algumas análises quanto às expectativas favoráveis com o governo Temer. Dados recentes chegam a apontar que o fundo do poço já foi atravessado. Não compartilho desta avaliação. Há que ter cautela.

Completado o impeachment, novas medidas mais amargas poderão aparecer. Outras virão após completado o período eleitoral municipal. Estão e estarão na linha da economia de despesas primárias (que excluem juros) do governo federal.

Talvez o governo consiga aprovar antes das eleições de outubro mais um pacote: a PEC 241 (congelamento de despesas primárias). Creio, no entanto, que isso só vá ocorrer após as eleições, dado o impacto desfavorável junto à população nas áreas social e previdenciária. Além disso, há todo um processo de negociações junto ao Congresso, de olho nas eleições de outubro e, tratando-se de emenda constitucional, tem trâmite mais demorado, precisando passar pela Câmara e pelo Senado com quórum de aprovação elevado.

Mais complicada e difícil politicamente é a aprovação da reforma da Previdência Social, cujo debate talvez só ocorra com o início dos trabalhos legislativos em 2017. Segundo a equipe econômica, é necessário que as novas regras de aposentadoria sejam aplicadas o quanto antes, prevendo um período curto de transição do atual regime para o novo, onde deveriam constar idade mínima de aposentadoria, desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo e o fim dos regimes especiais para a mulher, o trabalhador rural e os professores. Não vai ser fácil, e as centrais sindicais de trabalhadores estão unidas, não

aceitando redução de direitos para quem já está no mercado de trabalho, portanto, com transição longa.

Admitindo que a PEC 241 seja aprovada ainda neste ano, a reforma da Previdência ocorra como deseja a equipe econômica e não ocorram problemas maiores com a rigidez de despesas, a despesa primária do governo federal ficaria congelada por pelo menos dez anos, 2017 a 2026, podendo ser estendida até 2036, perfazendo 20 anos de congelamento. Nessa situação, o que poderia ocorrer com a situação fiscal?

Perspectivas fiscais – Vamos supor que ocorra neste período de 2017 a 2036: a) um crescimento médio anual de 2%; b) inflação anual de 5% em 2017 e de 4% de 2018 em diante; e c) a taxa média de juros da dívida dos títulos federais seja de 12% em 2017 (boletim Focus), caindo para 10% em 2018 e três alternativas para 2019 a 2036: permanecer em 10%, baixar para 8% e baixar para 6% (ver gráficos).

Nessas condições, ocorreria no governo federal em relação ao PIB: a) déficit primário até 2023, e em 2026 o superávit primário estaria abaixo de 1%; b) déficit nominal (que considera juros) caindo de 10,2% em 2016 para atingir, em 2026, 3,2% no caso de taxa de juros de 6%, 5,2% no caso de taxa de juros de 8% e ao redor de 8% até 2028, no caso da taxa de juros de 10%.

No início deste ano a dívida bruta do setor público estava em R\$ 3,9 trilhões (66,5% do PIB) e a dívida mobiliária do governo federal estava em R\$ 2,6 trilhões (44,7% do PIB), portanto 2/3 da dívida bruta. A evolução que teria esta dívida mobiliária em relação ao PIB seria: a) de elevação até 68,7% em 2023, no caso de taxa de juros de 6%; b) de elevação até 78,2% em 2028 e; c) de elevação contínua até o final de 2036, quando atingiria 107,1%.

Essas projeções mostram que para um mesmo resultado

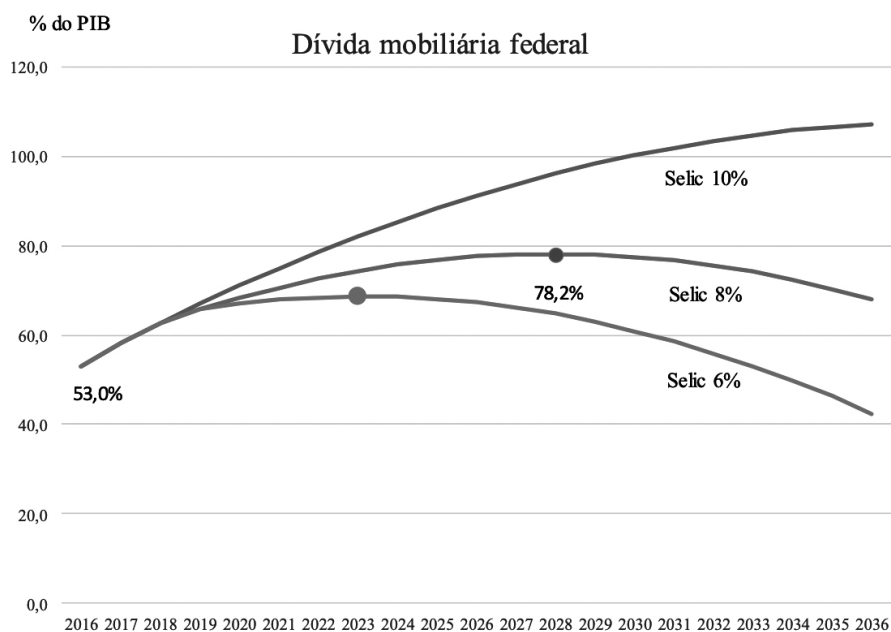
primário, na hipótese de congelamento por 20 anos, o déficit nominal e a dívida mobiliária federal apresentam resultados elevados até 2023, mesmo com taxa de juros de 6%. Somente depois de 2023, com taxa de juros de 6%, é que reflui lentamente a relação dívida/PIB.

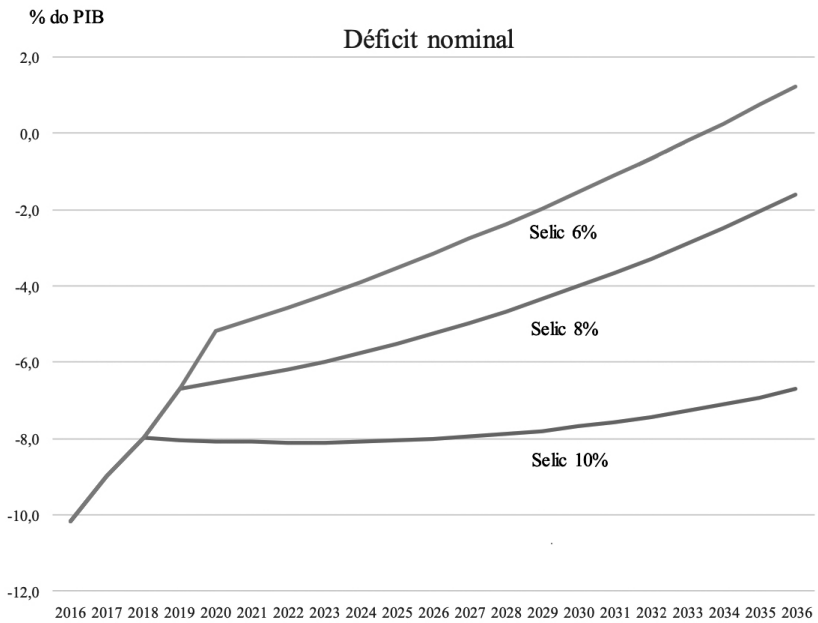
Proposta – Para se ter resultado nominal tendendo mais rápido para o equilíbrio é necessário um forte abatimento até o final de 2017 da dívida mobiliária, que se encontrava ao final de maio em R\$ 2,7 trilhões (45,6% do PIB). Isso poderia ocorrer a partir de diversas iniciativas: a) venda de excesso de reservas internacionais (US\$ 200 bilhões); b) redução da Selic para o nível de 6% até o final deste ano; c) aceleração da devolução dos R\$ 513 bilhões em créditos do Tesouro Nacional no BNDES; d) redução pela metade na disponibilidade de R\$ 926 bilhões do Tesouro Nacional no Banco Central, que não rendem nada; e e) venda de ativos desnecessários à finalidade pública.

Admitindo que se proceda à política de redução da dívida mobiliária com ativos mal aplicados, mesmo sem novas privatizações, como a venda de participações acionárias do governo, seria possível até o final de 2017 reduzir pela metade a dívida mobiliária prevista para o final de 2017 (R\$ 3,6 trilhões). Nesta hipótese de venda de ativos se teria: a) déficits nominais fortemente cadentes e inferiores a 4% do PIB a partir de 2018, devido à redução dos juros de 7,4% do PIB no final deste ano para o nível de 2% do PIB a partir de 2018; b) equilíbrio fiscal (déficit nominal zero) em 2029 e superávits a partir de 2030 e; c) a dívida mobiliária federal cairia de 53,0% do PIB ao final deste ano para níveis entre 30% e 35% do PIB de 2018 até 2029.

Alternativas viáveis e independentes de negociações com o Congresso existem. Para isso é necessária uma discussão mais

abrangente sobre a questão fiscal, envolvendo o resultado nominal, para não ficar no samba de uma nota só do déficit primário e do corte social que vêm de Dilma com Levy e Barbosa para Temer com Meirelles. O Banco Central (BC) aguarda o esforço fiscal do governo como condição necessária para reduzir a Selic. Enquanto isso, ao praticar a Selic elevada, mantém o principal causador da elevação de despesas. Já são 22 anos, desde o Plano Real, que o BC espera, também, a redução da inflação para reduzir a taxa de juros. Mais 20 anos?







ELIMINAR DESPERDÍCIOS

28.08.16

O governo aposta que com a aprovação da PEC do congelamento de despesas primárias (exclui juros) e da reforma da Previdência Social conseguirá reequilibrar as contas públicas no médio prazo. Com isso animaria as empresas para retomar investimentos, abrindo nova fase de crescimento.

Essa avaliação contém os mesmos princípios defendidos pelo governo Dilma no segundo mandato, com Joaquim Levy e depois com Nelson Barbosa: limitação das despesas primárias, desvinculação das receitas para educação e saúde e reforma da Previdência Social.

O governo atual, que tem maioria no Congresso, conta como certa a aprovação da PEC e da reforma da previdência.

Em artigo anterior apresentei simulações considerando: a) aprovação do Congresso para a proposta do governo; b) crescimento anual de 2% até 2036, quando cessaria o efeito do congelamento de despesas e; c) alternativas de taxas de juros reais (excluída a inflação) de 2%, 4% e 6%.

As conclusões foram: a) só ocorreria superávit primário a partir de 2021; e b) a relação dívida/PIB, no caso mais favorável de taxa de juros de 2%, só voltaria ao nível atual daqui a onze anos, em 2027!

Difícilmente o País aguentaria esperar tanto tempo, com agravamento do déficit social, com o congelamento de despesas e com o impacto da crise sobre as empresas. O governo perderia apoio político e correria o risco de cair, como ocorre agora.

O equívoco dessa proposta é desconsiderar a verdadeira causa da crise fiscal: o excesso de juros, pois 82% (!) do déficit fiscal de

2015 foi causado por R\$ 502 bilhões de juros (8,5% do PIB).

Depois de crescer R\$ 675 bilhões em 2015, a dívida bruta atingiu em junho deste ano R\$ 4,1 trilhões (68,5% do PIB) (!), submetida a uma taxa líquida média de juros 12,5%. Esse modelo financeiro resulta num componente juros de 8,6% do PIB (12,5% de 68,5%). Para equilibrar as contas públicas seria necessário um superávit primário de mesmo valor, o que é impossível.

O problema é que a taxa básica de juros teria que baixar para o nível da inflação (taxa real zero) para permitir a volta ao nível atual a partir de 2024. Historicamente nunca ocorreu a taxa real zero. Nos últimos dezesseis anos, apenas em nove meses (setembro/2012 a maio/2013) ela ficou abaixo de 2%, entre 1,47% e 1,81%. Nesse período a Selic ficou no seu mínimo histórico de 7,25%.

Quanto à relação dívida/PIB, vale informar que o nível atual (68,5%) é mais de 70% acima da média dos países emergentes.

Desperdícios – Cortar despesas sociais, como quer o governo na PEC, atinge a quem delas depende, que são as classes média e pobre. As projeções apontam para sua baixa eficácia fiscal. O maior impacto fiscal vem dos desperdícios fiscais, que podem ser eliminados no curto prazo em decisões soberanas do Executivo. São os seguintes: a) excesso de US\$ 200 bilhões de reservas internacionais, segundo metodologia de exposição externa do FMI, que tem custo de carregamento anual de R\$ 100 bilhões; b) excesso de R\$ 500 bilhões em depósito de R\$ 1 trilhão do Tesouro Nacional no Banco Central, que não rendem nada e poderiam abater a dívida, com custo anual equivalente a R\$ 70 bilhões; e c) subsídio ao BNDES de R\$ 512 bilhões (apelidado de bolsa empresário), com custo anual equivalente a R\$ 35 bilhões. Total anual (a+b+c) de R\$ 205 bilhões (!)

Proposta – Liquidar essas operações até o final de 2017, o que daria um montante de R\$ 1,7 trilhão, equivalente a 60% da dívida mobiliária do Tesouro em mercado.

Ao abater a dívida e operar com taxa de juro real de 2%, a relação dívida/PIB seria levada, a partir de 2018, para o nível de 50%, com tendência de queda. Isso permitiria ao País reconquistar o grau de investimento pelas agências de classificação de risco.

É fundamental controlar com máximo rigor as despesas públicas, pois a origem dos recursos vem da sociedade através dos tributos, especialmente das camadas de renda média e baixa, que dependem de serviços e auxílios do Estado. A gestão ineficiente, a não eliminação de desperdícios e os desvios de qualquer ordem atentam contra o interesse social.



PRIMEIRO PASSO

11.09.16

A tese central do governo Temer é a de que há excesso de despesas sociais derivadas da Constituição, que não podem ser mantidas pelo Estado sob pena de estourar as contas públicas. O argumento usado é o de que essas despesas vêm crescendo há vários anos acima do crescimento da economia.

Para frear essa tendência foi enviada ao Congresso a PEC 241, que congela por 20 anos a despesa federal. A única exceção (?) é a despesa com juros, que fica livre para crescer.

É crescente o número de emendas no Congresso para flexibilizar a PEC 241, apresentadas pela própria base de sustentação do governo. Afora a delicada questão política dessa PEC, o congelamento acirra a disputa por recursos no interior da demanda social, que cresce: a) pelo déficit histórico em quantidade e qualidade; e b) pelo crescimento demográfico da demanda. Isso é nitroglicerina pura para a explosão social!

Junto com essa PEC o governo quer nova reforma da Previdência Social estabelecendo idade mínima de 65 anos para ambos os sexos, valendo para todos os trabalhadores com menos de 50 anos.

A tese defendida pelo governo desconsidera que a maior despesa pública e a que mais cresce são os juros da dívida. Em 2015 o déficit da previdência foi de R\$ 85 bilhões e com juros R\$ 502 bilhões, seis vezes mais.

Nos últimos 20 anos, em termos reais, a despesa da previdência cresceu 228% e a de juros 579%, portanto, mais do que o dobro (!). Em 2015 os juros causaram 82% do déficit público!

É por essa razão que antes da crítica às despesas sociais, que

beneficiam a maioria da população, se justifica o foco fiscal na anomalia dos juros que beneficiam os bancos e uma minoria da população, a de maior renda.

Além disso, ao restringir despesas sociais é reduzida, também, a atividade econômica, colocando mais uma barreira à retomada do crescimento econômico. Uma redução na despesa social do governo causa uma redução de igual valor no Produto Interno Bruto.

Previdência – A proposta do governo retira direitos da maioria da população e carrega forte dose de rejeição na sociedade, o que poderá trazer séria derrota no Congresso.

Ao se fixar na idade mínima como critério de aposentadoria, sem levar em conta o tempo de contribuição, prejudica os que ingressaram mais cedo no mercado de trabalho, contribuindo mais tempo para sua aposentadoria.

Mas o mais grave problema causado pela idade mínima de 65 anos é que desconsidera que o mercado de trabalho expulsa e troca os mais velhos pelos mais jovens, sendo reduzida a presença dos idosos na vida laboral. Ademais, a perda de vencimentos é agravada com maiores despesas com saúde para essas pessoas.

O sistema atual permite a aposentadoria para essa parcela expulsa do mercado desde que: a) a soma do tempo de contribuição com a idade em que é solicitada a aposentadoria atinja, no mínimo, 85 anos para as mulheres e 95 anos para os homens ou; b) no caso de não atingir essa soma, tenham contribuído no mínimo 30 anos as mulheres e 35 anos os homens, sendo que a aposentadoria sofre desconto pelo fator previdenciário.

O excesso de desonerações na quota patronal concedidas pelo governo Dilma deu duro golpe na receita previdenciária, o que ampliou o déficit. Há que reverter isso e buscar novas

receitas, como: a) acabar com a forte regressividade imposta pelo limite de contribuição para os salários acima do teto previdenciário; b) estabelecer contribuição para a atividade rural, praticamente inexistente.

É preciso aprimorar a gestão, reduzindo a elevada inadimplência e a sonegação, coibir desvios e acabar com privilégios injustificados como acúmulos de pensões e aposentadorias. São dezenas de bilhões de reais perdidos.

A ameaça propalada pelo governo de que ou sai esta reforma ou não haverá dinheiro (?) no futuro para pagar a aposentadoria deve ser confrontada com a transparência das projeções, onde devem ser apresentadas à sociedade as premissas e memórias de cálculo usadas como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse é o primeiro passo de um debate de alto nível.



ARMADILHA MONETÁRIA

25.09.16

Na batalha travada pelo governo para congelar por 20 anos as despesas primárias, ou seja, deixando de fora os juros, o impacto fiscal da política monetária elevou o déficit fiscal em 2016 para 9,0% do PIB, com os juros na marca de 6,5% do PIB (!). Sabemos que as causas deste impacto na política fiscal são a taxa básica de juros Selic e a manutenção de reservas internacionais em níveis elevados.

Menos mal que tal letargia fiscal seja rompida, por exemplo, pelo competente estudo do Bradesco, que, além de sinalizar um nível ótimo de reservas, capaz de equilibrar percepção de risco e custo, ainda acrescenta que a métrica mais conservadora seja a do FMI, que sugere algo ao redor de US\$ 190 bilhões. Ora, uma vez que atravessamos a crise de 2008 com reservas no nível de US\$ 200 bilhões, sem problemas de risco cambial, torna-se urgente a venda gradual do excesso de reservas. Porém, há quem veja nessa saída o risco de solvência externa em situação de fragilidade fiscal, talvez desconsiderando que está no impacto dos juros sobre as contas públicas a maior fragilidade.

Outros excessos que recaem sobre o déficit fiscal decorrem, também, da Selic fora de lugar. Se seguissemos o exemplo internacional, teríamos uma economia anual da ordem de R\$ 200 bilhões, pois lá fora, desde a crise de 2008, a taxa básica de juros se posiciona em torno da inflação. Que sentido faz o Tesouro Nacional manter no Banco Central um trilhão de reais sem remuneração? Considerando “excesso” a metade disso, ao abatermos a dívida estaríamos gerando uma redução da relação dívida/PIB dos atuais 70% para 50%.

Ao priorizar a queda da inflação à redução da Selic e desconsiderar o impacto do custo fiscal das reservas internacionais, fica o País refém dessa autêntica armadilha monetária.

BOMBA PARA 2018

09.10.16

Este mês o governo joga todas as suas fichas para aprovar a PEC 241, que congela por 20 anos a despesa primária (que exclui juros) do governo federal. Após isso, quer a reforma da Previdência, considerada fundamental para permitir a gestão da PEC 241. Segundo o governo, ou são aprovadas estas propostas pelo Congresso, ou quebra o Estado. Não penso assim, pois existe alternativa melhor, como se verá à frente.

Problemas – A PEC 241 vai congelar as despesas primárias no nível de R\$ 1.280 bilhões em valores atuais, sendo 40% com previdência, 20% com pessoal, 20% com outras despesas obrigatórias e 20% com despesas não obrigatórias.

Como as despesas com previdência têm crescimento vegetativo anual de cerca de 4%, irão comprimir as demais despesas, como as sociais, destinadas a Estados e municípios.

Além disso, a renegociação da dívida dos Estados com o governo federal irá impor o congelamento de despesas aos Estados, o que reduzirá suas despesas sociais e para seus municípios.

Assim, serão reduzidos os recursos a serem destinados às áreas sociais nos governos federal, estadual e municipal.

Por seu lado, o desemprego elevado e crescente aumenta a pressão da população pelo atendimento na área social e o congelamento vai agravar mais ainda essa situação a cada ano, pelo crescimento da população. Isso aponta para tensão social crescente.

Outra tensão social é a mudança nas regras da aposentadoria, que já está trazendo desgastes. Há alternativas melhores para tratar o problema fiscal da previdência. Volto ao tema proximamente.

A proposta do governo descarrega o peso da crise em cima das classes média e de menor renda e preserva os bancos e rentistas. Ao invés de atacar os juros, ataca as despesas sociais. Vejamos a questão fiscal.

Questão fiscal – De 2010 a 2013 o déficit fiscal do setor público esteve sempre abaixo de 3% do PIB, com média de 2,5% do PIB. Foi um bom desempenho na comparação histórica e internacional. É em 2014 que ocorre o problema fiscal, com forte elevação de despesa devido à disputa eleitoral nos Estados e no governo federal.

Em 2015, apesar da contenção de despesas, com o aprofundamento da recessão e a elevação das despesas com juros, o déficit público explodiu atingindo 10,4% do PIB, sendo causado em 82% por juros, 13% por perda de arrecadação e apenas 5% pela elevação de despesas, mesmo tendo sido pagos R\$ 55,6 bilhões de pedaladas fiscais feitas antes de 2015.

Este ano o déficit fiscal deve se aproximar novamente de 10% do PIB, com explicação semelhante à ocorrida em 2015. Assim, para enfrentar a questão fiscal é fundamental atacar suas causas: juros, recessão/perda de arrecadação e contenção de despesas, nessa ordem.

A proposta do governo foca só nas despesas. Considera juros e perda de arrecadação em segundo plano e dependentes do sucesso na contenção de despesas. As análises, no entanto, mostram que pela proposta do governo a relação dívida/PIB vai continuar subindo dos atuais 70% do PIB, podendo ultrapassar 100% do PIB em poucos anos caso não recuem de forma significativa as taxas de juros que incidem sobre ela.

Proposta – O problema é que no nível atual da dívida soluções que não reduzam rapidamente os juros só vão agravar o déficit fiscal.

Isso implica, como tratado nesta coluna, eliminar até o final de 2017 vários desperdícios fiscais: a) excesso de US\$ 200 bilhões em reservas internacionais; b) R\$ 1 trilhão de disponibilidade do Tesouro Nacional (TN) no Banco Central sem rendimentos; e c) R\$ 521 bilhões emprestados pelo TN ao BNDES (bolsa empresário).

Junto com a eliminação desses desperdícios a Selic deveria ir para o nível da inflação projetada para os próximos doze meses, como se faz internacionalmente. Essas medidas não dependem do Congresso e podem ser implementadas gradualmente até o fim de 2017. Permitirão ao final do próximo ano levar a relação dívida/PIB para o nível de 40%, em linha com a média dos países emergentes.

Penso que ao atingir as classes média e de menor renda este governo pode estar criando uma bomba para 2018.



O CÃO MORDENDO O RABO

23.10.16

A PEC 241 veio para limitar a expansão da despesa primária (que exclui juros) do governo federal. É consequência da desobediência à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), especialmente ao seu artigo 9º, que obriga o Executivo a apurar as receitas e as despesas ocorridas a cada bimestre, bem como a projetá-las por bimestre até o final do ano, para então verificar se as metas fiscais estabelecidas para o ano estarão sendo cumpridas.

Essas metas são duas: resultado primário (receitas menos despesas, exclusive juros) e resultado nominal (receitas menos despesas, inclusive juros). A meta nominal é a que mede o resultado fiscal, mas está omissa nas análises. Por que será?

Antes da LRF (5 de maio de 2000), a verificação das contas fiscais era feita só vários meses após o final do ano pelos tribunais de contas da União (TCU), dos Estados e dos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isso impedia corrigir os desvios fiscais e as anomalias a tempo. A LRF veio, principalmente, para acabar com essa falha, estabelecendo o controle a cada bimestre.

Caso se preveja, ao final de cada bimestre, que qualquer das metas não será atingida, o Executivo é obrigado a contingenciar despesas. O que ocorre normalmente é a frustração de receitas (receitas realizadas abaixo do previsto no orçamento), como ocorreu durante 2014 e 2015 devido à forte recessão que atingiu os governos federal, estaduais e municipais.

A Constituição estabelece que compete ao Legislativo aprovar o orçamento e fiscalizar sua execução, e aos tribunais de contas auxiliar o Legislativo nessa fiscalização ao longo do ano.

Infelizmente, apesar de o Executivo apresentar as informações

a cada bimestre, a fiscalização é precária e atrasada, e aí o incêndio fiscal já se alastrou. Foi o que ocorreu com os governos federal, estaduais e municipais em 2014 e 2015. O TCU, apesar de sua gorda e cara estrutura, só agora (?) apreciou as contas de 2015.

Resultado: impeachment de Dilma e falência de vários Estados. O fato é que o incêndio, em vez de diminuir, está se alastrando, e não vai ser a PEC241, como alardeia o governo, que vai detê-lo, pois a despesa com juros, que responde por 80% do déficit público, segue sempre elevada para o gáudio do sistema financeiro. A recente redução de 0,25 ponto na Selic faz cosquinha no déficit público.

Como já comentado nesta coluna, o desastre fiscal do governo Dilma só ocorreu em 2014 devido ao excesso de despesas típico de ano eleitoral. Antes disso (2010 a 2013) foram excelentes os resultados nominais: todos com déficits abaixo de 3% do PIB, com média de 2,5% do PIB. Em 2015, o governo federal segurou com mão de ferro as despesas, que cresceram, em valores atuais, R\$ 26 bilhões, mesmo considerando o pagamento de R\$ 55,6 bilhões de pedaladas feitas antes de 2015.

Já quanto à despesa com juros no setor público, explodiu: passou de R\$ 249 bilhões (4,7% do PIB) em 2013 para R\$ 311 bilhões (5,5% do PIB) em 2014 e R\$ 502 bilhões (8,5% do PIB) em 2015, levando o déficit nominal para o pico de R\$ 613 bilhões (10,4% do PIB)! É o Banco Central contribuindo para o desrespeito à meta fiscal nominal.

Vale ressaltar esses dados, pois estão sendo omitidos pelo governo federal e pelas análises ligadas ao mercado financeiro para não atrapalhar a aprovação da PEC 241. Enquanto isso, em cada dia corrido aumenta R\$ 1,4 bilhão o déficit fiscal em despesa com juros.

O problema dessa PEC é que ela deixou de fora do limite de despesas a relativa a juros para deixar o Banco Central livre em adotar a Selic que julga necessária para o controle da inflação. Essa é a falha principal da PEC; no entanto, várias análises pró e contra ela passam ao largo disso.

E, por último: a elevada Selic repercute nas altas taxas de juros que infernizam as despesas financeiras das empresas, levando várias a encerrar suas atividades. Isso agrava a recessão e reduz a oferta de bens e serviços. Assim, a Selic elevada é causa de inflação e recessão. É o cão mordendo o rabo.



TRUMP

06.11.16

Os prefeitos eleitos, após a euforia da vitória, terão pela frente graves problemas fiscais, com queda de receitas, atrasos de pagamentos e pressão de despesas em ambiente de tensão social crescente.

O alto nível de desemprego eleva a demanda social, e as prefeituras estão na linha de frente da pressão da população por mais e melhores serviços. Este problema cresce na razão direta das promessas de campanha que não vão sendo cumpridas.

A maioria das prefeituras depende de recursos transferidos pelo governo federal e estadual, ambos em situação fiscal precária. O federal por dívida ascendente empurrada pela elevada taxa de juros que incide sobre a mesma, e os estaduais por excesso de despesa de pessoal.

Nessa situação há uma espécie de salve-se quem puder, e a esperança de mudança com os novos donos do poder vai minquando. O agravamento desse desalento, se não for revertido até o início de 2017, pode impingir desgaste político crescente sobre os governantes de plantão.

O alívio momentâneo da entrada de R\$ 51,9 bilhões da repatriação é anulado pelo crescimento de um mês e meio de novos juros! É receita eventual a empurrar com a barriga o colapso fiscal em marcha.

Apesar do alívio recente da inflação devido à redução dos preços dos alimentos, o Banco Central se mantém cauteloso para reduzir a Selic, coerente com seu DNA conservador. Assim, a redução da elevada despesa com juros parece que levará mais tempo do que o necessário para atenuar a evolução da relação dívida/PIB.

A emenda constitucional do teto de gastos do governo federal é mais um paliativo em relação à necessária reversão do quadro fiscal e um grave complicador da tensão social. Conter despesas é necessário, mas quando atinge a área social causa necessariamente perda de arrecadação, como ocorrido em 2003, 2009, 2015 e neste ano. O enfrentamento real do drama fiscal é reduzir juros e recuperar a arrecadação, ambas independentes do Congresso. Este governo caminha ao largo disso.

O orçamento doméstico está comprometido com excesso de juros nas prestações e com perda real de salários reduzindo o consumo das famílias, carro-chefe do crescimento. As empresas não investem, pois estão com elevada capacidade ociosa, não vêem sinais de retomada do consumo e preferem aplicar em títulos do governo que rendem juros, sem riscos e de liquidez imediata. Outras estão fechando, engolidas por dívidas bancárias. O excesso de juros trava a economia, reduz a oferta e causa inflação.

A atração de grandes investidores para obras em infraestrutura exige a segurança política necessária aos riscos dos empreendimentos de longa maturação. Nesse sentido, não basta o governo dispor de larga folga no Congresso, onde importantes lideranças das cúpulas partidárias do PMDB e PSDB podem, a qualquer momento, virar réus das diversas operações sob análise do Ministério Público e do Poder Judiciário. A cada dia mais uma surpresa, e delações de executivos da Odebrecht e de Eduardo Cunha podem ser bombas a explodir.

As várias tentativas no Congresso para barrar investigações contra a corrupção estão sendo duramente combatidas pelos meios de comunicação e nas redes sociais. Começam a surgir pressões sobre o STF para que decida processos envolvendo

caciques do PMDB. Chamou a atenção o fato de Teori Zavaski levar 10 meses para afastar Cunha da presidência da Câmara, e negar seu pedido de prisão feito pelo procurador geral Rodrigo Janot. Bastou uma semana para o juiz Sergio Moro aceitar esse mesmo pedido. E Renan continua comandando o Senado!

Nessa conjuntura política econômica e social não parece haver clima propício à assunção de riscos para investimentos, nem para retomada de consumo.

Infelizmente, a discussão da PEC 241⁸ não pôs o dedo na ferida da real causa do déficit público: os juros (8,5% do PIB). Assim, sacrificam-se mais ainda áreas vitais como educação e saúde. Depois de o País sofrer com Dilma e agora com Temer, o consolo é que não temos um Trump na nossa linha sucessória⁹.

8 A Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram a proposta de emenda constitucional PEC 241 ou PEC 55, dependendo da Casa legislativa, que congela as despesas (exclusive juros) do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos.

9 É..... acabou entrando um bem pior.



NÃO HÁ MAIS TEMPO A PERDER

20.11.16

Os meios de comunicação têm dado destaque às tentativas de obstrução da Justiça por parlamentares no Congresso, que temem pelas delações premiadas de 70 executivos da Odebrecht e de seu presidente. Na famosa planilha da Odebrecht constam os valores das doações a 279 políticos de 24 partidos. Não vai sobrar pedra sobre pedra, conforme as conversas telefônicas de Sérgio Machado com a cúpula do PMDB.

Vendo o cerco da Lava Jato se fechar sobre si, o senador Renan Calheiros tenta desmoralizar perante a opinião pública juízes e promotores mandando revelar seus supersalários. Isso joga mais lenha na fogueira da tensa relação entre os poderes Legislativo e Judiciário.

A possibilidade de envolvimento da cúpula do PMDB nas delações, inclusive de Michel Temer, que presidiu esse partido por vários anos, pode causar um vácuo político de consequências imprevisíveis. Após a devassa na cúpula do PT ela aponta para os caciques do PMDB. Depois de Cunha, Garotinho e Cabral atrás das grades, estão na linha de tiro e já apontados: Renan, Jucá e Sarney, que, segundo se lê na imprensa, já deviam estar presos há tempos se o STF não levasse tanto tempo para julgá-los.

Enquanto a agonia política avança, o governo tenta acelerar a aprovação do seu pacote econômico, que, como venho apontando nesta coluna, só vai adiar a agonia fiscal, pois se restringe apenas ao necessário controle de despesas primárias, sem competência para enfrentar o principal: o baque causado nas contas públicas pelo excesso de juros e perda de arrecadação.

Para complicar esse quadro, a eleição de Donald Trump trouxe queda mundial nas bolsas de valores e desvalorização das moedas perante o dólar. O reflexo no País foi de mais ameaça de inflação e, portanto, menos esperança de queda mais rápida da taxa básica de juros.

Ainda é cedo para fazer previsões, mas a exacerbação do protecionismo comercial americano defendido por Donald Trump pode induzir outros países e blocos comerciais a fazer o mesmo para se defender. Isso pode levantar mais barreiras às nossas exportações, piorando ainda mais as perspectivas para 2017.

Em ambiente político delicado, de recessão, de alto nível de desemprego e tensão social crescente, é difícil assumir riscos de investimentos pelo setor privado. Enquanto isso, o sistema financeiro não para de elevar as taxas de juros cobradas de consumidores e de empresas, agravando o quadro recessivo.

Número crescente de empresas já não consegue gerar fluxo de caixa para pagar encargos financeiros e são fadadas a encerrar suas atividades, e o consumo das famílias esmorece comprometido com prestações carregadas de juros de cheque especial e cartão de crédito. Sem investimento, consumo e despesas governamentais estagnadas, o resultado é o prolongamento da recessão.

Há, no entanto, como romper com a agonia fiscal e econômica. Tenho apontado nesta coluna a necessidade premente de eliminar os desperdícios de: a) manter excesso de reservas internacionais, que têm alto custo de carregamento; b) utilizar parte da disponibilidade do Tesouro Nacional para reduzir as custosas operações compromissadas do Banco Central; e c) fazer retornar do BNDES para o Tesouro Nacional empréstimos subsidiados de mais de meio trilhão de reais (bolsa empresário).

Em conjugação com essas medidas é fundamental adotar a boa prática da experiência internacional na política monetária, que opera com sucesso taxas de juros civilizadas para fazer fluir a atividade econômica.

Essas propostas não dependem do Congresso e podem ser implementadas gradualmente até o final do próximo ano. Os reflexos fiscais são rápidos, crescentes e potentes. Podem economizar cerca de R\$ 300 bilhões (!) por ano em juros e levar a relação dívida/PIB abaixo de 50% já em 2018. O País voltaria a ter grau de investimento. Essa sinalização é que pode dar sentido à tomada de decisões de empresários para retomar investimentos e de consumidores para retornar às compras.

Não há mais tempo a perder.



PERSPECTIVAS PARA 2017

Dezembro/2016

A continuidade das delações premiadas tem o potencial de derrubar o governo e os caciques políticos que comandam o Congresso. A agonia política em marcha pode se sobrepor e agravar a crise econômica marcada pela piora nas expectativas com a retomada do crescimento, cada vez mais distante.

Avalio para 2017 dois cenários: a) Cenário A – continuidade da atual política econômica; e b) Cenário B – retomar o crescimento combatendo o excesso de despesas financeiras. A adoção do cenário A descarrega o peso da crise sobre as classes média e de menor renda e preserva bancos e rentistas, e a B faz o inverso. Esse me parece o ponto central!

Cenário A – Prevê a continuidade deste governo, com a economia apoiada na PEC do teto de despesas primárias (que exclui juros) e na aprovação da Reforma da Previdência para criar a expectativa de solução a longo prazo da crise fiscal, o que levaria os empresários, na visão do governo, a investirem nas empresas e na infraestrutura, como base para a retomada do crescimento.

Neste cenário, o consumo das famílias é consequência da geração de emprego devido aos investimentos, e a redução da Selic é consequência de a inflação rumar para a meta de 4,5%.

O problema deste cenário é que a nova proposta de Reforma da Previdência reduz direitos da maioria da população, correndo sérios riscos de não se viabilizar e desgastar ainda mais o governo, sobretudo ao avançar e aprofundar o debate na Câmara. O governo argumenta que, se não for aprovada, vai estourar a previdência e comprometer o pagamento de seus

beneficiários. Não apresenta, no entanto, os dados, premissas e memória de cálculo que deveriam embasar essa ameaça.

Vale considerar que pelos artigos 194 e 195 da Constituição a Previdência Social integra o Orçamento da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Assistência Social, tendo como fonte de recursos, além da contribuição do INSS, COFINS, PIS, Pasep, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, receita da loteria esportiva e Imposto de Importação. Fato é que a Seguridade Social sempre foi e é superavitária, sendo usado o superávit, implicitamente, para pagar juros da dívida.

Por outro lado, como falar em estouro da previdência se o montante de benefícios pagos retorna praticamente todo para o ciclo econômico sob a forma de consumo e/ou investimento, ambos geradores de crescimento e, portanto, de arrecadação pública para os três níveis de governo?

Vale afirmar, também, que o “rombo” da previdência é causado por: a) um terço por isenções ao setor privado (vide Estadão de 11 de dezembro); b) crescente desemprego e perda de salários; c) ineficiência de gestão das receitas (alta inadimplência) e desvios nos benefícios (corrupção, seguro desemprego, licenças médicas etc.); d) pela assistência social rural; e e) pelo acúmulo de pensões e aposentadorias.

As projeções fiscais com a aprovação da proposta do governo revelam que continuará crescendo a relação dívida/PIB dos atuais 70% para perto de 90%, para decrescer só a partir de 2023!

Cenário B – Cai Temer e a cúpula do PMDB e assume novo governo, que identifica nas elevadas taxas de juros (Selic e ao tomador) o principal freio ao crescimento.

Remover/atenuar esse freio, com taxas de juros próximas ao nível internacional, é o que deve permitir: a) estimular o

consumo via redução das taxas de juros do crediário; b) estimular a produção ao reduzir o custo do capital de giro; c) proporcionar o crescimento ao estimular o investimento nos negócios e não na aplicação em títulos do governo, que não envolvem riscos e têm liquidez imediata; d) posicionar o câmbio em nível que confira mais competitividade às empresas; e d) reduzir o déficit fiscal e a dívida bruta do setor público.

Não basta, no entanto, apenas reduzir a Selic para o equilíbrio fiscal. É necessário, como medidas fiscais de curto e médio prazo: a) reduzir o excesso de US\$ 200 bilhões nas reservas internacionais para abater R\$ 660 bilhões na dívida bruta e reduzir em R\$ 100 bilhões por ano os juros; b) usar R\$ 500 bilhões da disponibilidade de um trilhão de reais do Tesouro Nacional (TN) no BC para reduzir as operações compromissadas, com economia de juros anual de R\$ 70 bilhões; e c) devolver R\$ 520 bilhões do BNDES para o TN para abater a dívida bruta e economizar R\$ 35 bilhões por ano em juros. São R\$ 1.680 bilhões (660+500+520) desperdiçados (60% da dívida em títulos) (!), que deveriam ser eliminados até o final de 2017.

Para complementar o saneamento fiscal, a Selic seria posicionada em 2% reais (excluída a inflação) a partir de meados de 2017, com economia anual de R\$ 100 bilhões.

Essas medidas podem gerar uma economia em juros de R\$ 305 bilhões (!) por ano (100+70+35+100) e levar a dívida ao final de 2017 para 50% do PIB! Isso permitiria ao País reconquistar o grau de investimento atraindo capital externo e barateando o custo de capital das empresas.

Além dessas medidas, o pagamento dos juros deveria ser feito prioritariamente pela emissão monetária em lugar da emissão de títulos, política essa adotada por vários países após

a crise de 2008, enxugando-se o eventual excesso de liquidez via aumento do compulsório dos bancos no BC.

Quanto à inflação, a elevada Selic, ao invés de contê-la, a mantém elevada, pois: a) reduz a oferta no mercado em função do fechamento de empresas e perda de concorrência, mais do que pela redução da demanda no crediário; e b) aumenta o custo financeiro das empresas, elevando preços.

Enquanto o comando da economia estiver sob a dependência do mercado financeiro, o cenário A vai continuar. O cenário B só será implantado quando ficar claro para a sociedade que o que inviabiliza o setor público e a economia real são as elevadas taxas de juros.

DIAGNÓSTICO E PROPOSTA

01.01.17

Para solucionar a crise fiscal é necessário: a) diagnóstico correto de suas causas; e b) medidas transformadoras eficazes, de impacto no curto, médio e longo prazo.

Diagnóstico – A principal causa da crise fiscal não é a elevação de despesas, como é o diagnóstico propalado pelo mercado financeiro. A partir de 2014, com o início da recessão, é que teve início a crise fiscal. No período que a antecedeu (2010-2013) o déficit fiscal foi sempre inferior a 3% do PIB, com média de 2,5% do PIB. Em 2014 atingiu 6,05%, em 2015 foi 10,38% e neste ano deve fechar perto de 10%, mesmo após a receita atípica das repatriações.

Ao examinar mais de perto os últimos três anos (2014-2016), constata-se que a despesa com juros foi responsável por 81% (!) do déficit fiscal, e o déficit primário (que exclui juros) por 19%, sendo 11% devido à perda de arrecadação e apenas 8% (19 menos 11) ao aumento de despesas.

O impacto dos juros é devido à elevada Selic, que foi crescendo desde meados de 2013. A perda de arrecadação é fruto da recessão e do aumento da inadimplência, pois empresas e pessoas preferem atrasar o pagamento de tributos do que de outras despesas essenciais.

O impacto do déficit fiscal na relação dívida/PIB foi o seguinte: no início de 2014 essa relação estava em 51,5% (menor nível da série histórica a partir de 2006); ao final de 2014 pulou para 56,3%; ao final de 2015 atingiu 65,5%; neste final de ano deve atingir 71%; e no final de 2017, segundo o Banco Central (BC), deve chegar a 77%. Só neste ano a dívida deve crescer R\$ 580 bilhões!

Proposta – Há que reduzir rapidamente a despesa com juros, que responde por 80% do déficit público. Para isso duas ações são necessárias: a) amortizar parte da dívida; e b) reduzir a Selic ao nível da inflação, como recomenda a melhor prática internacional.

A amortização deve ser feita pela eliminação de ativos onerosos. Como venho destacando nesta coluna, tem-se: a) US\$ 200 bilhões (R\$ 660 bilhões) de excesso nas reservas internacionais, que custam R\$ 100 bilhões em juros por ano; b) R\$ 921 bilhões (!) de disponibilidade do Tesouro Nacional (TN) dormindo no BC enquanto engordam a dívida em R\$ 1.107 bilhões (!) em operações compromissadas do BC, que poderiam ser reduzidas em R\$ 700 bilhões, restando R\$ 221 bilhões (921 menos 700), com economia em juros de R\$ 100 bilhões por ano; e c) R\$ 527 bilhões emprestados ao BNDES (bolsa empresário), que deveriam retornar ao TN até fins de 2017 e que custam R\$ 35 bilhões em juros por ano.

Junto com a eliminação destes desperdícios de R\$ 1.887 bilhões (660+700+527), correspondentes a 65% (!) da dívida em títulos no mercado, é imprescindível a redução da Selic para o nível de 6% em meados de 2017, o que permitiria uma redução de juros de R\$ 85 bilhões por ano. A economia com juros a partir das medidas apontadas pode atingir R\$ 320 bilhões (!) por ano (100+100+35+85). Ao final de 2017 a relação dívida/PIB cairia para 45%, nível compatível com o dos países emergentes, permitindo ao País readquirir o grau de investimento com os benefícios daí advindos.

Para melhorar a arrecadação há que recuperar o crescimento, e nada mais potente para isso do que derrubar as absurdas taxas de juros praticadas pelo mercado financeiro. Elas encarecem o crediário em 157% para financiamentos de um ano e

76% nos financiamentos às empresas, segundo a Associação Nacional dos Executivos em Finanças Administração e Contabilidade (Anefac). São os principais freios ao crescimento.

Para reduzir essas taxas é necessário levar os bancos a competir, reduzindo duas fontes de ganhos sem paralelo no mundo: a) ganhos de tesouraria pela aplicação na alta Selic; e b) elevadas tarifas bancárias que sozinhas pagam os custos fixos dos bancos. Essas duas ações protegem o mercado e independem do Congresso.

Não dá para continuar nessa marcha lenta do governo. Cada dia que passa piora a crise fiscal, econômica e social, sem falar na devastação que está por vir das diversas operações saneadoras contra a corrupção.



DESAFIOS AO CRESCIMENTO

15.01.17

O problema principal para tirar o País da crise não é a questão fiscal. Ela é consequência da: a) recessão que derrubou a arrecadação; b) ascensão das taxas de juros e dos swaps cambiais que turbinaram a dívida pública; e c) elevação da despesa típica de ano eleitoral na União e nos Estados.

A elevação de despesa foi o argumento usado para o impeachment de Dilma Rousseff, embora tenha sido responsável por apenas 5% (!) do déficit público em 2015. Na verdade, 82% (!) do déficit foi devido à explosão dos juros e 13%, à perda de arrecadação.

Reduzir a Selic ao nível da inflação, como se faz internacionalmente, pode ser efetuado gradualmente até o final deste ano. Isso já diminui substancialmente o déficit. O mais difícil é retomar o crescimento.

Crescimento – É difícil uma empresa sobreviver num mercado onde os preços que chegam ao consumidor são tão majorados como no Brasil. Por outro lado, a má distribuição da renda e a alta regressividade tributária tolhem o potencial de consumo do País. Vejamos.

Um produto ou serviço sofre, em média, uma carga tributária de 33%, que é uma média estável desde 2005. Assim, se seu valor sem tributos é 100, com tributos passa a ser 133. É seu preço à vista. Mas na venda a prazo em doze meses sofre um adicional médio de juros de 156% a.a. (!), segundo a Associação Nacional dos Executivos em Finanças, Administração e Contabilidade – Anefac mostrou em dezembro, passando o seu valor, para a maioria dos consumidores, a ser de 289 (133 mais 156)!

Por outro lado, a má distribuição de renda afasta parcela expressiva da população do mercado de consumo, e a desigual carga tributária, metade concentrada no consumo, afeta cerca da metade da renda de quem ganha até dois salários mínimos (SM) e apenas um quarto da renda de quem ganha acima de 30 SM.

É difícil, se não impossível, produzir desenvolvimento num país com essas características. Não é à toa que entra governo, sai governo, e o País segue patinando em marcha lenta ou marcha à ré como nos últimos três anos.

Há que atacar, simultaneamente, todas essas anomalias. Neste artigo trato da principal delas: a taxa de juros no crediário. Em novos artigos, das demais.

Além disso, é fundamental discutir esse tema na sociedade e estruturar um plano estratégico de desenvolvimento apoiado nas riquezas naturais que o País possui, na diversificação industrial, na formidável força da agropecuária e no potencial imenso de consumo.

Trava principal – É a alta taxa de juro no crediário, de 156% a.a., como mencionado. Nos países emergentes ela gira em torno de 10% acima da inflação. Essa taxa de 156% sozinha cria um sobrepreço que desloca para o mercado financeiro boa parte da geração de valor nas empresas não financeiras e da massa salarial dos consumidores. Como reduzir esses 156% é o principal desafio.

Tenho defendido nesta coluna que a melhor forma de reduzir essa taxa é tornar mais competitivo o setor bancário, combatendo sua elevada concentração e reduzindo duas fontes anormais de lucros: nos títulos públicos e nas tarifas de serviços.

A redução da Selic diminui o ganho nos títulos públicos, e o tabelamento em níveis menores reduz a fonte de ganho nas

tarifas. Só assim o setor passa a buscar a compensação na terceira principal fonte de receitas, que é o empréstimo, e para isso tem que disputar posições no mercado, que é a forma natural de redução da taxa de juro.

A orientação aos bancos públicos na adoção dessas medidas é também importante, bem como ter o apoio da sociedade mediante ampla campanha de esclarecimento nos meios de comunicação.

Junto com a queda da taxa de juro embutida nos produtos e serviços cai o nível de preços da economia, sendo este o instrumento mais adequado e potente para o controle inflacionário. A Selic elevada sanciona a inflação elevada e não o contrário. Além disso, a queda da Selic reduz a presença nociva do capital especulativo internacional, levando o câmbio a novo patamar e abrindo mais espaço para as exportações.

Felizmente existem medidas concretas e viáveis passíveis de serem implementadas sem precisar descarregar todo o ônus da crise em cima das classes média e de menor renda, como faz esse governo.



PREVIDÊNCIA SOCIAL – ABRIR A CAIXA-PRETA

29.01.17

O governo afirma que, se não for feita nova reforma da Previdência Social (PS), não será possível no futuro garantir o pagamento dos benefícios previdenciários. Afirmar só não basta. Precisa provar isso expondo as premissas e memórias de cálculo, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Da mesma forma que se discute a questão fiscal no País de forma enganosa ao não considerar os juros no cálculo do déficit público, é enganoso tratar as contas da PS considerando como receita apenas a proveniente das empresas e dos trabalhadores, omitindo a do governo, como estabelece a Constituição de 1988.

Pela Constituição, a PS é parte integrante de um amplo sistema de proteção social ao cidadão – denominado Seguridade Social – junto com os direitos à Saúde, à Assistência Social e ao Seguro Desemprego. Foi inspirado no modelo tripartite adotado em grande parte dos países desenvolvidos, no qual trabalhadores, empregadores e Estado são igualmente responsáveis pelo financiamento das políticas públicas que integram seus sistemas nacionais de proteção social.

Na Europa, em 2015, segundo a Eurostat, o financiamento da Seguridade teve a seguinte participação: governo, 45%; empregadores, 35%; trabalhadores, 18%; e outros, 2%. O caso extremo é o da Dinamarca, onde o governo participou com 75,6% do total das receitas. No Brasil gira no entorno de 50% desde 2009.

Nossa Constituição estabelece no artigo 195 as seguintes

fontes de financiamento da Seguridade Social: a) contribuições previdenciárias dos empregados e das empresas sobre a folha de salários ou sobre a receita bruta; b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL); c) Contribuição Social Para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), cobrada sobre o faturamento; d) Contribuição para o PIS/PASEP para financiar o Programa de Seguro Desemprego e os programas de desenvolvimento do BNDES, cobradas sobre o faturamento; e) Contribuições sobre concursos de prognósticos e; f) receitas próprias do Tesouro Nacional.

Para o governo poder cumprir a sua parte, foram criadas a COFINS e a CSLL.

A não contabilização da contribuição do governo como receita da previdência é que é considerada, enganosamente, como déficit da previdência, em afronta grosseira à Constituição.

Estudos realizados pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) revelam que a Seguridade Social sempre foi superavitária. Nos últimos doze meses encerrados em novembro, o “déficit” de R\$ 140 bilhões na PS foi coberto com folga pelas contribuições acima apontadas, num total de R\$ 363 bilhões, mais do que o suficiente para custear R\$ 123 bilhões com saúde e desenvolvimento social, com superávit de R\$ 100 bilhões (= 363 – 140 – 123).

Salário Mínimo (SM) – Outro grave erro do governo é não considerar o impacto do SM na arrecadação. Enxergam apenas o impacto na despesa com a área social.

Cerca de 48 milhões de pessoas têm no SM a referência para a determinação de seus rendimentos, dos quais 23 milhões são beneficiários do INSS. Além disso, os pisos da Assistência,

Previdência e Seguro Desemprego beneficiam outros segmentos populacionais pobres.

O SM irriga e amplia o consumo impulsionando o crescimento econômico e, por decorrência, a geração de empregos e toda a arrecadação.

Segundo a ANFIP, o SM influencia mais as receitas previdenciárias do que as despesas. Entre 2003 e 2014 o aumento real do SM elevou as despesas da PS em R\$ 46,0 bilhões (mais do que se tivesse sido corrigido pelo INPC), mas alavancou as receitas em R\$ 52,5 bilhões, deixando um saldo favorável de R\$ 6,5 bilhões. Isso sem contar o impacto nas outras receitas públicas.

Por último, há que se fazer auditoria independente no sistema de projeções de receitas e despesas previdenciárias para certificar se são tecnicamente confiáveis. Não o eram quando foram testadas no Fórum da Previdência, em 2007. Em questões que afetam dezenas de milhões de pessoas, a cidadania exige: está na hora de abrir a caixa-preta.



VISÕES DIFERENTES

12.02.17

As análises econômicas vêm apresentando avaliações positivas sobre as perspectivas de saneamento fiscal e retomada do crescimento. Os últimos fatos têm corroborado essas avaliações. Na política, as eleições para o comando da Câmara e do Senado dos candidatos fiéis ao governo, o esvaziamento do Centrão, a divisão na já frágil oposição, bem como a perspectiva para aprovação no Congresso das reformas previdenciária e trabalhista. Na economia, a queda da inflação favorecida pelos preços dos alimentos e a valorização cambial, rumo à meta de 4,5% neste ano e à redução da Selic.

No campo oposto a essas avaliações tem-se o elevado nível de endividamento das famílias e das empresas e o alto desemprego em tendência crescente.

Diante deste cenário o que esperar?

As análises correntes apontam para uma retomada lenta da economia com crescimento entre 0,5% e 1% neste ano e superior a 2% em 2018. Uma vez aprovadas as reformas, na visão do governo seria dado um paradeiro à sangria fiscal, com ânimo aos empresários para retomada dos investimentos, considerados a nova mola do crescimento.

Não creio que este cenário atenda ao anseio coletivo, nem à parcela significativa do empresariado afogada em dívidas, com perda de faturamento e custos crescentes de insumos.

Convém avaliar o real disparador do crescimento. A visão de que são os investimentos não me parece sólida. A elevada capacidade ociosa, a fragilidade do consumo devido ao desemprego e a queda real de salários apontam em sentido contrário para a retomada do crescimento.

Considero o crediário o disparador principal da retomada do crescimento por três razões: a) impacta cerca de $\frac{2}{3}$ do Produto Interno Bruto, que é o consumo das famílias; b) tem largo espaço de queda, uma vez que se encontra em 157% ao ano, contra uma média dos países emergentes de 10%; e c) vir ao encontro dos anseios da sociedade, que se vê tolhida em seu poder aquisitivo pela carga de juros.

A redução do custo do crediário tem o mesmo efeito que um aumento do poder aquisitivo, porém sem envolver alteração na massa salarial. Um bem cujo preço à vista é 100, no crediário só pode ser adquirido por 257 (100 mais 157 de juros). Num país emergente poderia ser adquirido por 110, ou seja, por menos da metade.

O problema reside em como fazer refluir o custo do crediário, uma vez que convivemos há décadas com essa anomalia. Vejamos.

Os bancos apresentam em balanço três fontes principais de lucros: a) aplicações em títulos do governo (ganhos de tesouraria); b) tarifas bancárias cobradas dos correntistas pelos serviços bancários e; c) empréstimos.

As duas primeiras fontes (títulos públicos e tarifas) já garantem parte expressiva dos lucros, permitindo posição de conforto para a prática de empréstimos sem disputa no mercado. A redução do lucro com essas duas fontes é que pode levar o sistema bancário a procurar compensar essa redução com a ampliação da terceira fonte: os empréstimos. Para isso terão que ampliar seus mercados e disputá-los com seus concorrentes, levando-os a uma posição concorrencial mais intensa. Assim, por ação de mercado as elevadas taxas de juros poderão refluir para níveis mais baixos, à semelhança do que ocorre internacionalmente,

onde a atividade principal do sistema bancário é a oferta de crédito.

A queda da Selic ao nível da inflação reduz os ganhos de tesouraria e o tabelamento com redução das tarifas bancárias diminui os ganhos tarifários. São medidas ao alcance do Banco Central que não dependem do Congresso.

Para complementar essas medidas, duas ações são fundamentais: a) dar o exemplo dentro de casa com a redução dos spreads no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; e b) campanha de esclarecimento à população antecedendo as medidas, seguidas de sua implementação para reforçar o apoio à sociedade em virtude dos benefícios para todos.

Com este artigo fica aqui encerrada a minha coluna. Agradeço ao Estadão e aos leitores a atenção e as contribuições recebidas. Até uma próxima oportunidade.



PONTE ARRASTADA

02.06.17

“Ponte para o Futuro” foi o nome do programa do PMDB¹⁰, cuja elaboração contou com a participação de economistas cuja visão se opunha à política defendida pela ex-presidente Dilma, conhecida como Nova Matriz Econômica, que fracassou deixando pesada herança fiscal.

Essa ponte também fracassou e foi arrastada pelo mar de lama que inundou a cúpula do PMDB.

Embora arrastada, seus defensores ainda se agarram a ela e escolhem um novo comando no Congresso, por eleição indireta, do substituto de Temer.

Querem a todo custo aprovar as reformas trabalhista e da Previdência, que, segundo seus defensores, sinalizaria ao mercado a solução a longo prazo do déficit fiscal do País.

Como essas reformas atingem duramente direitos das pessoas, só um governo autoritário poderia implantá-las no Congresso. Estava tudo caminhando para isso até vir a público a delação dos donos da JBS incriminando Temer, seus sequazes e a cúpula do PSDB, em especial, seu presidente Aécio, e Serra, aliado de Temer.

Temer e sua quadrilha, no entanto, tentam todas as manobras protelatórias para retardar sua queda.

Fato é que ruiu essa ponte, que ruiria mesmo que não surtisse essa denúncia da JBS. Vejamos.

Fracasso – A equipe econômica fracassou não só por não conseguir domar as despesas e deter a ascensão da dívida pública, como por não retomar o crescimento. O pífio resultado

¹⁰ Cuja sigla mudou para MDB.

do PIB do primeiro trimestre, tão comemorado pelo governo, se deveu exclusivamente ao bom desempenho da agricultura, cujo mérito é histórico do setor e da ajuda do clima favorável às colheitas. Nada a ver com a política econômica do governo.

O fracasso fiscal foi devido a combater erroneamente despesas da área social, aceitando pressões do funcionalismo e do Congresso, sem perceber que as despesas com a área social se destinam à população das classes média e de menor renda, as quais retornam integralmente à atividade econômica e, portanto, geram importante arrecadação pública. Assim, fizeram o País sofrer perda de arrecadação bem superior à tentativa de economia de despesas.

Falha mais grave, no entanto, ocorreu ao deixar o Banco Central (BC) praticar a Selic que bem entendesse, seguindo o desejo dos bancos de retardar ao máximo a sua queda, mesmo já ante- vendo forte retração da atividade econômica e a consequente queda da inflação, favorecida pela diminuição no consumo e pela redução dos preços dos alimentos. Nada a ver, portanto, com a ação do BC sobre a inflação. Fato é que essa Selic elevada contaminou mais ainda os juros e fez disparar a dívida. Historicamente, os juros sempre foram responsáveis pela maior parte do déficit público.

Falha atrás de falha levou a ponte de roldão rio abaixo, e com ela o mar de lama das cúpulas do PMDB e do PSDB.

NUVENS CONTINUAM CARREGADAS

11.06.17

Bastou virem à luz as delações de só duas grandes empresas, Odebrecht e JBS, e a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) absolvendo a chapa Dilma/Temer, para evidenciar a falsa democracia que vigora no País.

É apenas a ponta da ponta do iceberg que mostra a poderosa interação entre poder econômico e poder político. Um não vive sem o outro. Sabe-se que os maiores financiadores de campanha são grandes empresas, especialmente empreiteiras, bancos e indústria de alimentos.

Financiam não apenas campanhas, mas principalmente as decisões do poder político em seu favor. São bilhões de reais a regar a cúpula política dos partidos, fraudando continuamente os interesses da sociedade em favor do poder econômico.

O eleitor funciona como massa de manobra na mão dos corruptores do sistema democrático.

E ainda tem gente que fala que apesar de toda a crise as instituições funcionam no País. Funcionam? Sim, mas a serviço dos interesses desse poder corrupto.

Em face de todos os escândalos que se sucedem a cada dia, os partidos de plantão no poder, especialmente os dois maiores, PMDB e PSDB, argumentam que ruim com Temer, pior sem ele. E, ao que tudo indica, a sobrevida dada pelo TSE a Temer pode se estender até o final de 2018. O argumento para isso é a aprovação das reformas. Não vejo assim.

Na política, os escândalos não vão parar por aí. Mesmo que Temer e sua camarilha escolham o novo Procurador Geral da

República, que engavetem todas as denúncias, como foi feito na época de FHC, que sejam votadas novas leis para proteger políticos da cadeia, que atirem contra a procuradoria e a Polícia Federal, não vai dar certo, pela simples razão de que a sociedade está farta de suportar um golpe atrás do outro a fim de que continue livre a corrupção. Nesse sentido, a força das ruas tende a crescer e tornar imprevisível o cenário daqui para a frente.

As nuvens, ao invés de se dispersarem, estão cada vez mais carregadas, anunciando a borrasca.

SERÁ QUE A ECONOMIA ESTÁ SAINDO DA CRISE?

14.06.17

Apesar da enxurrada de denúncias de corrupção da camarilha que governa o País, Temer vai manobrando as instituições a seu favor. Resistiu, talvez, à maior pressão até agora, que foi a de o TSE substituir dois membros da Corte de sua confiança, contando com Gilmar Mendes, considerado como seu aliado. Resta agora a denúncia que virá do Procurador Geral Rodrigo Janot, mas para isso conta com o apoio dos deputados para sepultá-la na Câmara.

No front econômico, analistas, enfileirados com o Planalto, argumentam que a economia saiu da UTI e que o fundo do poço já passou com o crescimento no primeiro trimestre de 1% sobre o trimestre anterior, além do que a inflação está controlada pelo Banco Central (BC), abaixo do centro da meta, e as exportações têm gerado elevado superávit comercial. Vejamos.

A alegada melhora da economia exige cuidado na análise, pois 75% do crescimento de 1% no PIB do primeiro trimestre foi devido à boa safra agrícola, graças ao bom regime de chuvas para a colheita e às exportações das commodities. Nada a ver com a política econômica deste governo.

A retomada dos investimentos, carro-chefe do crescimento, segundo o governo, recuou 1,6% no trimestre em relação ao trimestre anterior, e as perspectivas estão piorando devido à sucessão de escândalos e ao horizonte incerto para 2018.

O consumo das famílias, responsável por 2/3 do PIB, não decola, pois o excesso de endividamento e de desemprego atentam

contra o consumo, que caiu quase 10% desde o terceiro trimestre de 2014. Além disso, permanece a trava do crediário, com 150% de taxa de juros. É a barreira que não sai do caminho.

Bancos e consultorias a eles ligadas já refazem suas estimativas considerando mais provável a tendência a outro ano de recessão.

Já a inflação se encontra baixa, batendo em 3,6% nos últimos doze meses devido à queda no preço dos alimentos e ao bom comportamento da inflação de serviços causado pela recessão. A Selic, no entanto, apesar da queda ocorrida, ainda está seis pontos acima da inflação projetada pelo mercado financeiro, um índice dos mais elevados do mundo. As incertezas políticas vão reduzir pouco esses 6%. Isso atenta contra o crescimento e eleva o rombo fiscal e a dívida pública.

Concluo, assim, que a economia ainda navega em mares revoltos e que a esperada luz no fim do túnel não foi acesa.

SALVE-SE QUEM PUDE

30.06.17

Será que esse presidente consegue se safar mais uma vez das pesadas denúncias de corrupção na Câmara? Conta para isso a dificuldade da oposição em reunir 342 votos a favor de sua condenação. As ameaças das delações pipocando a cada dia podem atingir vários deputados, e estes sabem que, se o chefe do bando cair, vários serão arrastados no mar de lama que invadiu o Congresso.

Antes se pensava que o que o segurava no poder eram as reformas. Como a aprovação delas está ruindo, passou-se a pensar que o que pode segurá-lo é o espírito de corpo contra a enxurrada de delações em andamento e as que certamente virão.

Com o forte apoio da opinião pública, o processo saneador contra a corrupção na política e na economia avança a todo vapor. Palocci acabou de ser condenado a 12 anos de prisão fechada e não se sabe se vai revelar fatos graves, como publicamente afirmou que faria ao juiz Sérgio Moro. Envolveriam, certamente, recursos ilícitos ao PT e de onde provieram. É provável que o setor financeiro, ainda poupado, seja duramente alvejado, bem como figuras ainda poupadas da política e da economia. Vale aguardar.

Enquanto isso, Aécio Neves, até agora solto, se tornou carta fora do baralho e sangrou o PSDB. Se não for preso, dificilmente prenderão Lula. Não faltam provas contra Aécio, pois foi flagrado com a mão na cumbuca. Contra Lula parece que não estão sólidas, senão Sérgio Moro já teria decidido. Afinal, passam de um ano as denúncias contra o ex-presidente.

O receio da elite é o retorno de Lula à disputa presidencial em 2018. Ele cresce a cada pesquisa de intenção de voto,

afastando-se de seus concorrentes.

A economia segue mal com: a) elevado desemprego; b) investimentos em queda; c) consumo contido pelas altas taxas de juros do crediário e pela queda da massa salarial; d) subida do déficit fiscal a cada previsão; e e) arrecadação pública decepcionante.

Só resta como fato positivo o bom comportamento da inflação e a redução da Selic. Assim mesmo, esse resultado foi e está sendo favorecido pela: a) redução do preço dos alimentos – mérito de São Pedro; b) baixa inflação de serviços devido à recessão; e c) contribuição dos produtos importados por causa do câmbio artificialmente apreciado.

A conjugação do fracasso econômico com a crise social, política e moral é nitroglicerina pura a ameaçar os partidos que dão sustentação política ao governo e eles sabem disso. 2018 vem aí. Salve-se quem puder!

POR QUE FRACASSOU A POLÍTICA ECONÔMICA

03.07.17

Nos primeiros 80 anos do século passado (1901-1980) o Brasil cresceu em média 5,7% ao ano. Desde 1981 até 2002, no entanto, só 2,0%. No governo Lula (2003/2010), apesar da crise de 2007-2009, dobrou para 4,0%.

Dilma (2011-2015) começou metendo o pé no freio com o encarecimento do crédito via medidas macroprudenciais criadas pelo Banco Central. No último ano do governo Lula (2010) a economia crescia a 7,5%. Em 2011 recuou para 4,0% e não se recuperou mais.

Vários erros foram cometidos no primeiro governo Dilma (2011-2014) com a política chamada de Nova Matriz Econômica: a) adoção de tarifas irreais de energia elétrica, que entupiu de dívidas a Eletrobras, tendo o governo que voltar atrás criando forte componente inflacionário em 2015; b) subsídio à gasolina e diesel às custas de pesados prejuízos à Petrobras, priorizando o transporte individual e retirando recursos do transporte coletivo ao anular a CIDE; c) endividou o País com a emissão de cerca de meio trilhão de reais de títulos com custo pela Selic, transferindo os recursos ao BNDES, que os emprestava a grandes empresas com custo pela TJLP (bolsa empresário); d) acabou com a quota patronal, que pertence ao INSS, para subsidiar 56 setores econômicos, cujo prejuízo, na maior parte, recaiu sobre a Previdência Social; e) permitiu o aumento do endividamento dos Estados, já afogados em dívidas.

Em 2015, traindo seus eleitores, deu um cavalo-de-pau na economia adotando um modelo neoliberal inadequado para combater os rombos fiscais criados por ela. Caiu, principalmente, pelo fracasso da sua política econômica.

Com o golpe parlamentar conduzido pela cúpula podre do PMDB, apoiada pelo PSDB, a política econômica seguiu a mesma linha adotada a partir de 2015: resolver o problema fiscal pela redução das despesas sociais e previdenciárias via reformas constitucionais. Com isso, imaginavam que as empresas iriam investir e daí viria o crescimento. Mais um erro grave de diagnóstico, tanto na questão fiscal quanto no tocante ao crescimento.

Na fiscal, ao não entender que, pela média dos últimos três anos, o rombo nas contas públicas foi devido em 90% a juros e só em 10% a déficit primário (despesas, exclusive juros acima das receitas), deixaram os juros de lado e só tentaram reduzir despesas, sem perceber que o tombo maior no déficit primário vinha da perda de arrecadação.

No crescimento, ao não considerar que o consumo é o carro-chefe do crescimento e é ele que leva as empresas a investir. O que trava o consumo, por sua vez, são as taxas de juros do crediário, que agriDEM o orçamento doméstico e levam consumidores à Serasa.

NÃO SERÁ DE ESTRANHAR

24.07.17

É estarrecedor ver o País afundar nessa profunda recessão, cuja origem vem do fracassado governo Dilma e continuou ladeira abaixo com a quadrilha do PMDB de Temer.

O País está entregue na mão de bandidos perigosos bem trajados, que urdem e executam golpes contra a população, usando o falso argumento da necessidade de aprovar mudanças nas leis (reformas!) que retirem direitos da população.

Duas reformas poderão ampliar o lucro das empresas às custas da população: a da Previdência e a do trabalho.

A da Previdência tem um argumento oculto que é a sua finalidade principal: deslocar pessoas para a previdência complementar, que é vista como uma pérola no lucro do mercado financeiro. Interessante que nada se fala sobre isso! Só sobre o chamado rombo fiscal, que pode ser perfeitamente combatido com gestão, que sempre foi péssima.

A reforma do trabalho, para o gáudio de empresários que desejam ampliar seus ganhos às custas de arrocho salarial sobre seus trabalhadores.

É a teoria da redução de custos para, no fundo, ampliar lucros e propiciar maior retorno ao capital. A falha nessa teoria é que isso tem troco. Ao reduzir custos em cima da mão de obra corre-se o risco de perder bons e experientes funcionários, piorar o ambiente de trabalho e reduzir, em seu conjunto, a massa salarial disponível para consumo. Isso atinge o faturamento das empresas, reduzindo seu lucro, além de ampliar o desemprego e aumentar a tensão social.

O saldo dessas reformas é a paralisia da economia, que ou

afunda ou anda de lado, como já vem acontecendo nesses três anos. Isso já foi constatado no mundo, a exemplo da Europa, que sofre com o desemprego, tenta conter a imigração e cujo ambiente social se deteriora. O resultado é a derrota nas eleições do governo, independentemente da tendência ideológica. É a população manifestando sua contrariedade com o governo de plantão.

O mesmo se dá aqui com o comando do País usurpado pela quadrilha do PMDB, partido que sempre ocupou o poder após a ditadura militar.

Não será de estranhar, portanto, o fracasso do PMDB e seu principal aliado, o PSDB, nas eleições de 2018, bem como a eventual recuperação das esquerdas e o crescimento da extrema direita. A conferir.

O TIRO SAIU PELA CULATRA

27.07.17

A atual política econômica seguiu os mesmos passos dados em 2015, quando a ex-presidente Dilma, traindo seus eleitores, adotou o receituário ortodoxo escolhendo um representante do mercado financeiro, Joaquim Levy, como Ministro da Fazenda. O diagnóstico naquele início de segundo mandato foi o mesmo de agora: crise fiscal, com necessidade de contenção das despesas sociais e reforma da Previdência Social.

Com o fracasso de Levy nas negociações com o Congresso, Dilma pediu ao seu vice, Michel Temer, então presidente do PMDB, que conduzisse as negociações para aprovação dos projetos de lei voltados para o que se denominou na época de ajuste (?) fiscal. O Congresso, no entanto, boicotava o governo e ameaçava votar uma pauta-bomba, criando despesas elevadas ao setor público.

Ao invés disso, Temer articulou com Padilha, Cunha e Jucá o impeachment de Dilma. Usou Padilha como seu preposto, Cunha na Câmara e Jucá no Senado. Houve, então, o acordo entre o PMDB e o PSDB para a derrubada da ex-presidente. Aí se consolidou o golpe parlamentar. Faltava escolher o “crime” fiscal.

Foi escolhido o que se convencionou chamar de “pedaladas”: o uso de banco público para efetuar pagamentos de compromissos do Executivo, que estava com dificuldades de caixa para fazê-los no devido tempo.

Mas, para surpresa de muitos, Dilma não poderia ser responsabilizada pelas “pedaladas”. A perícia técnica do Senado concluiu que não havia nem participação direta nem indireta da ex-presidente. Aí, então, mudou-se o “crime” para a emissão

de três decretos de suplementação orçamentária, que, segundo seus acusadores, não poderiam ser emitidos sem a consulta à Câmara. Foi com base nisso que ela foi condenada no Senado.

Esses decretos, no entanto, não aumentavam despesas, tanto é que os órgãos de controle do Executivo, da Câmara e do Senado, bem como o Tribunal de Contas da União não haviam se manifestado contrários, sendo que pela Lei de Responsabilidade Fiscal é competência deles agirem quanto a irregularidades na gestão orçamentária. Silêncio total.

O Supremo Tribunal Federal assistiu e presidiu no Senado essa farsa desde o momento em que deixou livre o larápio Eduardo Cunha e manteve a gangue do PMDB (Renan, Jucá, Geddel e Padilha) livre até hoje!

A saída de Dilma, no entanto, colocou uma bomba no colo do PMDB e do PSDB, pois eles não sabem como resolver a crise fiscal e econômica. O desgaste é assustador e crescente. Pesquisa CNI/Ibope divulgada nesta quinta-feira (27) mostra que apenas 5% dos brasileiros aprovam o governo de Michel Temer, enquanto 70% consideram a gestão do peemedebista ruim ou péssima. É, parece que o tiro saiu pela culatra!

LULA: A AMEAÇA

14.09.17

A grande incógnita para a próxima eleição é se Lula será ou não candidato. Caso não seja, por ficar impedido, a esquerda corre sério risco de perder a disputa eleitoral para algum candidato que vá dar continuidade à política comandada por este governo do PMDB/PSDB, mas sob outra roupagem que dissimule a continuidade.

Vale recordar o sucesso do governo Lula. No campo fiscal herdou uma dívida líquida de 60% do PIB e a reduziu ao final do seu governo para 38% do PIB. O crescimento econômico foi em média de 4,0% ao ano. Adotou políticas sociais e de inclusão que elevaram em cerca de 40 milhões a população da classe C, especialmente através de aumentos reais do salário mínimo e pela criação do crédito consignado. Liquidou a dívida com o Fundo Monetário Internacional e obteve o grau de investimento pelas agências internacionais de classificação de risco. Atravessou a grave crise internacional de 2008 e deixou o governo em 2010 com crescimento econômico de 7,5%.

Saiu com popularidade de bom e ótimo de 87%. FHC havia saído com 26%, e Dilma com 13%. Temer está com 9%, o mesmo índice de Collor.

Apesar da intensa campanha contrária, Lula segue liderando as pesquisas de intenção de voto para presidente. Segundo a Vox Populi de início de agosto, Lula é considerado o melhor presidente que o Brasil já teve para 55% dos brasileiros; 58% o consideram bom administrador; 65% que é trabalhador; e 61% dizem que a vida melhorou nos governos do PT. Essa é a ameaça que paira sobre seus adversários.

Em 2018 possivelmente estarão em disputa a continuidade da política econômica e social do atual governo e outra que propõe ativar a economia pela redução dos juros e do fortalecimento do poder aquisitivo das classes média e de menor renda e políticas de inclusão social.

O cenário na vizinhança da disputa vai depender da situação do emprego, da inflação e do clima social no País.

Creio que a eventual recuperação econômica, ainda se ocorrer, será tímida e de pequeno impacto social, o que fortaleceria a vitória de mudanças contra o status quo da continuidade da atual política.

Por fim, há que considerar o impacto político das atuais e novas investigações sobre corrupção no País. Palocci já causou profunda apreensão no PT. Muita água ainda vai rolar por baixo da ponte.

INSTITUIÇÕES DE COSTAS PARA A SOCIEDADE

19.09.17

Enquanto o pensamento conservador comemora nas bolsas de valores os sinais de retomada da atividade econômica, a situação fiscal piora a cada mês devido à frustração com a arrecadação, característica da fraca atividade econômica que aumenta a inadimplência e a sonegação.

Essa equipe econômica, bem como as anteriores, faz previsões de arrecadação otimistas e é obrigada a rever a cada dois meses os erros de previsão. Bota competência nisso!

Por outro lado, o esforço de contenção de despesas é frustrado pela fragilidade política deste governo, cuja cúpula, junto com o presidente, está com denúncias de corrupção que escandalizam a sociedade, mas que pouco efeito parecem causar no Supremo Tribunal Federal (STF), que não julga os políticos com foro privilegiado envolvidos.

Para breçar a ação julgadora do STF Temer tem que ceder ao Centrão, que reúne sua principal base de apoio, em liberações vultosas de recursos para os currais eleitorais desses deputados. É nosso dinheiro sendo distribuído para satisfazer um Congresso manchado pela corrupção. É isso que está acontecendo e vai despertando raiva e frustração na sociedade.

Para complicar ainda mais esse ambiente, sai Rodrigo Janot, que estava tentando levar à prisão essa quadrilha do PMDB, e entra Raquel Dodge, que pela primeira impressão não vai dar sequência ao que vinha sendo apurado. Na posse dessa senhora

nenhuma menção à Lava Jato. Muito estranha, como também chocante, a mesa formada por cinco pessoas: a Presidente do STF, Cármen Lúcia, a procuradora e três suspeitos de alta corrupção: Temer, Eunício Oliveira, Presidente do Senado, e Rodrigo Maia, Presidente da Câmara.

São representantes máximos das instituições do País. Do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Estamos mal!

A mídia faz coro com essa turma comemorando que, apesar de tudo, as instituições funcionam normalmente. Normalmente como? Delinquindo e não sendo exemplarmente julgados e condenados os políticos com foro privilegiado? Não faltam evidências e provas. Sobra pouca vergonha no alto escalão da república, cujas instituições estão de costas para a sociedade.

ENGANAÇÃO FISCAL

22.09.17

O principal termômetro da situação fiscal é a relação entre a dívida pública e o PIB.

É consenso nas análises fiscais que essa relação pode crescer de 73,8% (final de julho) para cerca de 90% em 2023 e só então voltaria lentamente a refluir. Assim, são prováveis novos rebaixamentos na classificação de risco do Brasil a partir do início de 2019.

A fragilidade do pacote de medidas econômicas do governo reside no fato de não limitar o impacto dos juros sobre o déficit fiscal, pois a PEC do teto de gastos só trata de conter despesas primárias (que excluem juros) e a despesa com juros é a principal causadora do déficit fiscal. Vamos aos fatos.

Nos últimos três anos (2014-2016) os juros foram responsáveis por 80,5% do déficit fiscal. O governo e a mídia omitem isso e só falam no déficit primário (receitas menos despesas, exclusive juros). O déficit primário foi responsável por apenas 19,5%. O governo elevou a meta de déficit primário deste ano para R\$ 159 bilhões. “Esqueceu” de incluir os juros que nos últimos 12 meses atingiram R\$ 428 bilhões! Portanto, “esqueceu” o conceito mais importante, que é o de déficit nominal (receitas menos despesas inclusive juros).

A alternativa correta para enfrentar o déficit fiscal é cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O descumprimento da LRF é que levou ao descalabro fiscal dos governos federal e estaduais. Falharam, além do governo federal, vários governos estaduais, bem como os órgãos de controle das casas legislativas e tribunais de contas das três esferas de governo.

Destaco aqui apenas dois importantes artigos que estão sendo descumpridos.

O artigo 9º dispõe que a cada bimestre o governo deve verificar se a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal (receitas menos despesas, inclusive juros). Nesse caso, é obrigado a conter despesas.

Isso evita que essa verificação seja postergada para perto do final do ano, quando nada mais há que fazer. Esse artigo da lei é o mais desrespeitado e, no entanto, o mais importante para a boa execução do orçamento.

Finalmente, o principal limite desrespeitado: “Art. 30. No prazo de noventa dias após a publicação desta Lei Complementar, o Presidente da República submeterá ao.... Senado Federal: proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios (...).”

Os limites da dívida para Estados e municípios existem, mas o da União dorme (!) sem ser votado no Senado desde 2000! Trata-se de um limite fiscal com melhor qualidade e eficácia do que o do teto de gastos, pois vai direto ao ponto, que é o limite da dívida. Querem enganar a quem?

A IMPORTÂNCIA DE SÃO PEDRO

24.09.17

É interessante observar o que vem ocorrendo na economia. Inflação comportada, ligeiro crescimento econômico e alguma leve recuperação do emprego.

É para comemorar? Nem tanto. Infelizmente, tudo isso pouco tem a ver com a política econômica deste governo. Há que saudar São Pedro! Sim, pois permitiu um regime de chuvas, até pouco tempo atrás, que garantiu uma supersafra para este ano.

O grande empurrão neste começo de ano veio do setor agropecuário, que começou a tirar do chão aquela que deverá ser a maior colheita da história do Brasil. A safra deve crescer 25% neste ano. A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) estima em 8,5% a alta do PIB do setor em 2017, após um recuo de 6,6% no ano passado!

O impacto na inflação é notável. Nos últimos doze meses, encerrados em agosto, a inflação foi de 2,5% (!), contra 9,0% em igual período de um ano atrás. Para a inflação de alimentos os números foram, respectivamente, menos 2,0% e mais 13,9%. Os alimentos, que pesam cerca de 25% na composição do IPCA, foram responsáveis por 61% dessa queda na inflação. Vale notar que desde 2011 a inflação de alimentos é maior do que a inflação medida pelo IPCA. Ela explicou 16% da inflação durante o governo FHC, 29% durante o de Lula e 36% durante o de Dilma (2011-2016).

Com inflação baixa nos alimentos, as camadas de renda média e baixa, que gastam cerca da metade do orçamento com alimentos, podem ter folga maior para adquirir outros bens e serviços, o que ativa a economia e gera emprego.

Da mesma forma, nenhum mérito cabe ao Banco Central (BC) no controle da inflação. Viva mais uma vez São Pedro! Reduziu quatro pontos na inflação. Como mencionado, ela passou de 9,0% há um ano para 2,5% nos últimos doze meses até agosto. Os alimentos a derrubaram de 9,0% para 5,0% e os chamados bens comercializáveis (aqueles sujeitos à concorrência com os importados) se encarregaram de quase todo o resto, ou seja, de 5,0% para 2,5%.

Mas o ótimo clima que vinha ajudando pode dar lugar à seca que começou a ocorrer nos últimos meses, o que pode gerar elevação no preço dos alimentos mais à frente. Vale considerar a importância da inflação de alimentos para as eleições de 2018.

Por último, o mercado financeiro, que comanda o Banco Central há décadas, atribuiu a queda da inflação à política monetária do BC (?). Parece que se esqueceu da ajuda de São Pedro.

Assim, na avaliação sobre a política econômica desse governo, vale o ensinamento bíblico. Perguntaram a Cristo: “É lícito pagar o tributo a César, ou não?”. E Cristo, pegando uma moeda, perguntou: “De quem é esta efígie e esta inscrição?”. Responderam: “De César”. Então ele lhes disse: “Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mateus 22:15-22). E temos aqui: “...e a São Pedro o que é de São Pedro”.

PROTEÇÃO A MONOPÓLIO

24.09.17

Este artigo trata de um aspecto específico da política econômica, que é o relativo à formação de preços das empresas que se situam no início das cadeias produtivas, envolvendo, sobretudo, matérias-primas.

Essas empresas sempre exerceram poderoso lobby junto ao governo para manter preços elevados para os seus produtos (matérias-primas), que acabam resultando em preços de produtos finais ao consumidor bem acima dos similares de outros países. O Brasil é considerado um país caro e, em boa medida, isso se deve à proteção que o governo oferece aos monopólios e oligopólios que surfam nessa complacência governamental.

O que limita o preço para os produtos sujeitos à concorrência internacional é o custo de internação do produto concorrente. Este custo de internação inclui frete e seguro para trazer o produto do país de origem até o país de destino, mais o imposto de importação e outros impostos (ICMS, IPI, PIS e COFINS) e despesas alfandegárias.

Governo – O governo tem influência marcante na formação dos preços desses produtos e serviços que chegam ao consumidor e dos que servem de matéria-prima para serem transformados em produtos finais para o consumo.

A política econômica atua em quatro frentes para a formação de preços: a) tributária; b) monetária; c) cambial; e d) aduaneira.

A política tributária define a carga tributária que compõe o custo do produto. A política monetária influi na taxa de juros, que influi no custo do capital de giro da empresa, nos seus investimentos e no crédito ao consumidor. A política cambial

influi na concorrência com o produto estrangeiro. Câmbio apreciado reduz o preço do produto importado, limitando o preço do produto doméstico. Proteção aduaneira forte pode mais do que dobrar o preço em relação ao do país de onde vem o produto.

Cadeia produtiva – É uma sucessão de operações de transformação da matéria-prima básica até o produto final no mercado consumidor. Exemplificando, o minério de ferro é uma matéria-prima básica da cadeia produtiva, que produz o aço, que é usado na produção do automóvel. O algodão é a matéria-prima que serve à produção do fio de algodão e dele ao tecido de algodão. A celulose é a matéria-prima básica para a produção do papel. A nafta, que provém da refinação do petróleo, é a matéria-prima básica da indústria petroquímica.

Quando a matéria-prima do início da cadeia produtiva é o principal elemento do custo de um produto e seu preço está acima do preço internacional, toda a cadeia produtiva que depende dessa matéria-prima fica prejudicada na competição internacional, abrindo espaço à penetração das importações e inviabilizando as exportações.

Nesse sentido, a política que o governo deveria adotar é a de garantir condições necessárias ao menor custo possível da matéria-prima. Para isso deve desonerar o início da cadeia produtiva, especialmente no tocante ao imposto de importação.

Proteção ao monopólio – As empresas beneficiadas são, em geral, monopólios e oligopólios. É o caso, por exemplo, da Braskem, maior empresa petroquímica da América Latina, que detém 70% do mercado brasileiro de resinas termoplásticas (polietileno, polipropileno e PVC), matérias-primas básicas para a produção de plásticos.

Entre essas resinas se destaca o polietileno, responsável por cerca de 45% do consumo dos transformadores plásticos, cujo preço, segundo a Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST, é cerca de 45% acima do valor FOB no país de origem.

Esse é apenas um exemplo, entre muitos, em que o principal causador de preços elevados no Brasil, em face dos praticados em outros países, é o governo federal. Assim, o foco da competitividade deveria se deslocar para o início das cadeias produtivas. Dessa forma é possível favorecer custos e preços mais reduzidos na economia, com ganho para a indústria, em termos de competitividade, bem como para os consumidores, combatendo a inflação. Chega de proteger monopólios.



O BÊ-Á-BÁ DA INFLAÇÃO

11.10.17

O indicador oficial da inflação é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). É calculado desde 1980 pelo IBGE e reflete o custo de vida para famílias com renda mensal de 1 a 40 salários-mínimos. A pesquisa de preços é feita em nove regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba), além dos municípios de Goiânia e Brasília. Cada item componente do IPCA tem um peso relativo que procura expressar sua importância no orçamento doméstico.

Determinantes do IPCA – O IPCA é influenciado em 40% pelos chamados bens comercializáveis, 36% pelos não comercializáveis e 24% pelos monitorados. Vejamos esses componentes.

Comercializáveis – São todos os bens sujeitos à concorrência externa. A evolução dos seus preços depende do mercado internacional, que desde a crise de 2008 passa por acirrada concorrência.

Nos últimos doze meses, encerrados em agosto, ocorreu deflação de 0,4% nesse segmento, e durante todos os meses deste ano, até agora, essa inflação sempre ficou abaixo do IPCA. Integram esse item os alimentos para os quais, neste ano, a safra é recorde, contribuindo para a queda da inflação.

Não comercializáveis – São basicamente os serviços que não estão sujeitos à concorrência externa. O preço dos serviços depende da lei da oferta e da procura, pois é quase um mercado perfeito com milhões de consumidores e de prestadores de serviços. Além disso, a Internet popularizou-os e ampliou ainda mais a concorrência. Desde 1997 até 2004 contribuíram

para baixar a inflação, e a partir de 2005, até 2014, passaram a ser considerados os vilões da inflação. A razão para isso é a maior demanda do que a oferta, devido ao acelerado crescimento da classe C. Com a recessão, passaram a contribuir para a queda da inflação a partir de 2015.

Monitorados – São os que dependem de decisões do governo, como energia elétrica, combustíveis, tarifas de água e esgoto e de transporte coletivo, que são os mais importantes. Esses preços evoluíram acima da inflação desde 1995 até 2006, com média anual de 13,9% (!). A sociedade teve que aguentar isso, que é um subproduto da privatização marcada por forte elevação de tarifas para ampliar lucros e a atratividade para o setor privado.

A partir de 2007 até 2014 tiveram crescimento médio anual de 3,7%, agindo como freio à inflação. Que o digam a Eletrobras e a Petrobras, que sofreram pesadas perdas econômicas e financeiras. Esta última foi fragilizada pelo governo, ignorando a sua posição estratégica para enfrentar o desafio do pré-sal, mas sem os recursos para isso. Essa política desastrosa foi desmontada em 2015, quando os preços monitorados subiram 18,1% (!).

O ATRASO NO CAPITALISMO TUPINIQUIM

13.10.17

O artigo 192 da Constituição de 1988 estabelece o princípio geral a ser cumprido pelo sistema financeiro: “O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram”.

O descumprimento desse princípio é que é, de certo modo, a origem dos problemas econômicos e financeiros que atingem a maioria das pessoas e das empresas que operam no Brasil.

O sistema financeiro absorve 8% do PIB, mesmo nível dos benefícios da Previdência Social, que atende a mais de 30 milhões de pessoas.

Em competente artigo publicado no jornal Valor Econômico, os economistas Carlos Luque, Simão Silber e Roberto Zagha mostram que desde 2005 até abril deste ano as ações do setor financeiro renderam 3,3 vezes mais do que a média das ações na bolsa de valores.

Atribuem isso à elevada concentração bancária: quatro bancos detêm 79% do estoque de crédito do País. Ao controlar o crédito, controlam o mercado e o lucro. Romper esse esquema é quase impossível, pois os órgãos que deveriam acompanhar e controlar isso, o CADE e o Banco Central, parecem coniventes com esse estado de coisas.

Esse verdadeiro oligopólio causa o estresse financeiro por que passam há décadas as pessoas em seus orçamentos domésticos, com as elevadas prestações do crediário, e as empresas, pelo elevado custo financeiro advindo do capital de giro para suas atividades, dificultando, ademais, seus investimentos. É uma espécie de “roubo” legalizado implícito, pelo descumprimento do referido dispositivo constitucional, visto que o sistema financeiro não promove o “desenvolvimento equilibrado do País” e não serve adequadamente “aos interesses da coletividade”.

Segundo a Associação Nacional dos Executivos em Finanças, Administração e Contabilidade – Anefac, a taxa de juros média ao ano para o crediário foi, em agosto, de 140%, e para as empresas foi de 68%! É o freio imposto pelo oligopólio ao resto da economia.

À guisa de comparação internacional, a taxa de juros ao consumidor média é de 10 pontos acima da inflação nos países emergentes e de 3 pontos acima nos países desenvolvidos. Aqui está em 132 pontos! (140 menos 8)

O que estranha é a ausência de questionamento a essa verdadeira pilhagem contra a sociedade. Governo, mídia e analistas em geral compactuam e/ou se omitem ao não questionar essa anormal situação.

Dá para entender a posição do governo, que sempre foi eleito com forte aporte de recursos para as campanhas eleitorais pelo setor financeiro. Quanto à mídia, pelo alto faturamento advindo das verbas publicitárias. Exemplo é a Crefisa, quase uma agiota-mor desse mercado, cobrando taxas de juros ao crediário na faixa de 24% ao mês, que patrocina o Jornal Nacional e o Domingão do Faustão.

Sem romper com essa prática oligopolista, o setor financeiro continuará a dar as cartas na economia, sugando a sociedade e impondo o atraso ao próprio sistema capitalista tupiniquim.

A QUEDA DE DILMA

04.12.17

A queda de Dilma Rousseff ocorreu não pelas chamadas pedaladas fiscais, pois foi inocentada sobre isso, nem pelos decretos editados sem passarem pela aprovação da Câmara, pois não envolveram alteração financeira no orçamento.

A queda se deu por meio de um golpe parlamentar articulado por Temer e Eduardo Cunha na Câmara e por Temer e Romero Jucá no Senado.

O que antecedeu esse golpe, ao que consta, foi uma reunião clandestina envolvendo a cúpula do PMDB e do PSDB, na qual selaram o acordo para iniciar o impeachment.

Foi decisiva a participação do STF, deixando livre Eduardo Cunha até o final da decisão do impeachment na Câmara, cujo argumento central foram as pedaladas, que logo depois no julgamento no Senado foram abandonadas e substituídas pelo argumento dos decretos.

Decisivas, também, foram a rápida piora da atividade econômica e a elevação do desemprego, o que motivou movimentos de massas da classe média, que foi para as ruas pedir o impeachment.

A mídia exerceu importante papel em todo esse processo, tirando o foco de Eduardo Cunha para que ele continuasse conduzindo o processo de impeachment na Câmara.

Na minha avaliação, esse golpe parlamentar transcendeu o parlamento e envolveu o Tribunal de Contas da União, para dar um verniz técnico às denúncias, bem como o Ministério Público e, principalmente, o STF.

As duas razões que considero mais importantes para o impeachment foram a queda pronunciada da atividade econômica

e o desemprego, que ampliaram a rápida perda de sustentação do governo no Congresso, cuja base de apoio se esfarelou.

O acordo PMDB/PSDB progrediu e se estendeu a outros partidos dando a maioria necessária ao impeachment.

Triste fim de um governo que, acima de tudo, traiu seus eleitores ao dar a guinada da tentativa de reativação da economia no segundo mandato para a linha neoliberal, escolhendo como Ministro da Fazenda o banqueiro Joaquim Levy.

Infelizmente, Lula teve participação nessa rendição ao mercado financeiro ao indicar a Dilma os principais nomes para ocupar o Ministério da Fazenda, pela ordem: Luiz Carlos Trabuco Cappi (presidente do Bradesco), Henrique Meirelles e Nelson Barbosa. Os dois primeiros sendo banqueiros e autênticos representantes do sistema financeiro. Erro grave. Demonstrou a sucumbência diante do mercado financeiro.

DO RUIM PARA O PIOR

Fui contra o impeachment, mas não defendo os erros do governo Dilma na condução da economia.

A queda de Dilma foi saudada pelo mercado financeiro e pelo grande capital representado pela Fiesp. A classe média que foi às ruas respirou aliviada e o PT foi exclusivamente responsabilizado pelo fracasso do governo Dilma, embora ela tivesse como vice Michel Temer, do PMDB, partido de sua base de apoio no Congresso.

Interessante notar a estratégia da direita de colar Lula a Dilma. Foram governos distintos. Enquanto no período Lula (2003-2010) o Brasil cresceu em média 4,0% ao ano, melhor desempenho desde 1980, tendo entregue o governo a Dilma com um crescimento de 7,5% em 2010, Dilma teve um desempenho medíocre

de 0,3% ao ano (2011-2015). Na questão fiscal, Lula reduziu a dívida pública bruta de 55,5% do PIB (dez/2016 – primeiro dado da série) para 51,8% em dez/2010, enquanto Dilma a elevou para 67,7% (maio/2016 – sua saída).

Essa tentativa de colagem do nome de Lula ao de Dilma tem a clara intenção de prejudicá-lo na campanha presidencial do próximo ano, uma vez que ele desponta nas pesquisas de intenção de voto, mesmo após a forte campanha da mídia contra ele e a condenação do juiz Sérgio Moro atribuindo-lhe a propriedade do tal tríplex do Guarujá.



A ÚLTIMA CARTADA

11.12.17

Temer tinha acertado com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, votar a reforma da Previdência no dia 6 deste mês. Como não conseguiu os votos necessários, essa dupla remarcou para dia 18. Até lá espera conseguir os 308 votos para a aprovação em primeira votação na Câmara.

Até agora já torrou R\$ 43,2 bilhões (!) na compra de votos para a aprovação da reforma, ou seja, 9% da economia prevista em R\$ 480 bilhões a ser feita durante 10 anos. E não vai parar por aí. Segundo avaliação do Estadão (9/dez), 124 deputados da base aliada já declararam que vão votar contra o governo. Considerando que 81 deputados de fora da base também já declaram que vão votar contra o governo, já são 205 votos contrários. Assim, Temer não conseguiria os 308 votos necessários à aprovação da reforma.

Bateu desespero na quadrilha do Planalto, o que levou Temer a procurar o apoio dos empresários indo às entidades de classe, pedindo a eles que pressionem (comprem?) os deputados.

Os dissidentes da base (des)aliada argumentam que já deram sua cota de sacrifício para livrar Temer das duas denúncias da Procuradoria Geral da República. Agora chega.

O fracasso da eventual perda na votação do dia 18 pode encerrar prematuramente este governo. Talvez Rodrigo Maia ainda se salve, pois pode acusar Temer de não saber conduzir esse processo para aprovação da reforma e dizer que não cabe culpa à Câmara por esse fracasso.

Fato é que a derrota, junto com a debandada do PSDB, irá certamente desidratar mais ainda a base de sustentação de Temer,

levando-o ao isolamento e sem condições de aprovar medidas de ajuste fiscal consideradas fundamentais pela equipe econômica. Se já é considerado um governo corrupto por 86% da população, agora então, com a ida de Carlos Marun (da tropa de choque de Eduardo Cunha) para a Secretaria de Governo, ficam só pessoas marcadamente suspeitas de corrupção neste governo.

Quem ficar do lado do governo estará com os dias contados para o fracasso nas eleições do próximo ano, e os deputados sabem disso.

Aguardemos os próximos passos. A reação crescente da sociedade parece não ter fim, mesmo após a vultosa campanha na mídia para mostrar que essa reforma iria acabar com os privilégios do setor público. Não colou. Está sendo jogada a última cartada do Planalto.

CONTINUÍSMO OU MUDANÇA

15.12.17

É importante observar a diferença de avaliação da economia entre as pessoas e o mercado financeiro.

Só 21% acreditam que 2018 será um ano melhor. Explicam isso o alto nível do desemprego, o endividamento das pessoas e a impunidade a políticos corruptos pelo Poder Judiciário, que não julgou até agora a gangue do Planalto e vários parlamentares envolvidos na Operação Lava Jato.

Em polo oposto, o mercado financeiro aposta neste governo para retomar o crescimento econômico que já começou. Basta só aprovar a reforma da Previdência, dizem, que a confiança dos empresários volta e com ela os investimentos. Parecem colocar em segundo plano a corrupção do governo.

Essa diferença de avaliação chama a atenção e merece cuidado na análise.

A aposta do governo, baseada no mercado financeiro, é que com a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária e com as privatizações a roda da economia volta a funcionar. Seria só uma questão de tempo e estão prevendo um crescimento entre 2,5% e 3,0% para 2018.

A classe média, no entanto, vê poucas perspectivas favoráveis para 2018, e até a redução da inflação é questionada devido às elevações nos preços dos combustíveis, energia elétrica e vários serviços que pesam no seu orçamento. A deflação dos alimentos também é questionada, duvidando dos dados que o governo divulga.

Essas avaliações podem conduzir a polos opostos para as preferências eleitorais em 2018.

Estarão em jogo a continuidade da atual política com um candidato de centro, segundo o mercado financeiro, que tende a subir nas pesquisas ao longo de 2018, e mudanças com Lula ou Bolsonaro.

No caso de Lula, pela recordação dos bons tempos de seu governo com a incorporação de cerca de 35 milhões das classes D e E na classe C. Ele saiu do governo com o índice de avaliação de 87% de bom e ótimo. Um recorde.

No caso de Bolsonaro, por promessas de duro combate ao crime organizado e aos bandidos de forma geral. Pode simbolizar o novo, embora seja um político profissional com vários mandatos.

Muita água por rolar até as eleições. Os debates públicos vão aos poucos revelando se vai prevalecer o continuísmo ou a mudança. Mas qual mudança e quem melhor a encarna é que ainda é prematuro prever.

NÃO MEXAM NA SEGURIDADE SOCIAL

29.12.17

É fundamental avaliar sob o ponto de vista fiscal, com seriedade e espírito crítico, a Previdência Social. Dia 19 de fevereiro o governo tenta sua última cartada para aprovar mudanças nas regras atuais com vistas à imposição de idade mínima, dificultar o acesso e impor menor valor de aposentadorias e pensões.

A tese do governo, todos sabemos, é que a Previdência Social é deficitária e que vai quebrar. O argumento é a evolução demográfica que irá ocorrer com aumento substancial da população idosa e a redução da relação entre população em idade laboral e população idosa dos atuais 5,6 para 1,7 em 2060. Com relação às projeções fiscais do governo, nenhuma transparência, nem prova de estouro do sistema. Só ameaças.

Seguridade Social – Vamos discutir à luz da Constituição essa questão. Para isso os artigos 194 e 195 tratam da Seguridade Social, onde estão inseridos Previdência Social, Saúde e Assistência Social, à semelhança do modelo europeu tripartite, no qual a Seguridade Social é financiada pelos trabalhadores, empresas e governo.

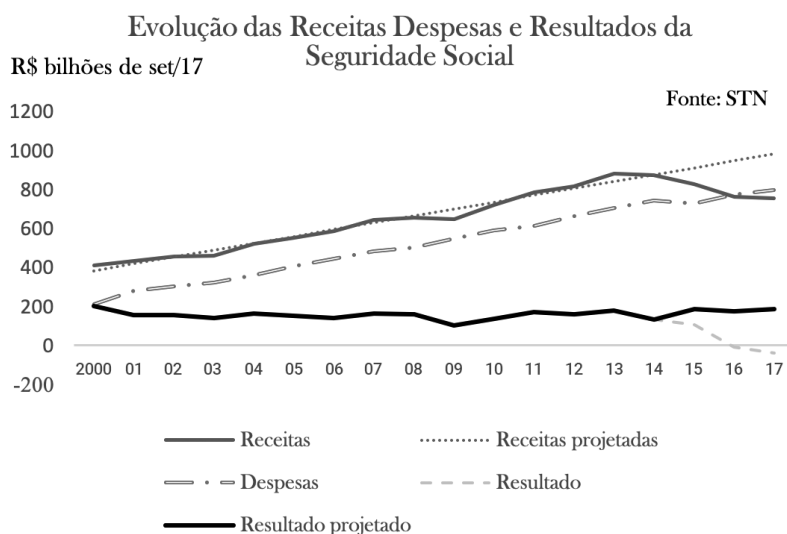
No artigo 195 estão definidas as fontes de financiamento da Seguridade Social: trabalhadores (INPS descontado no holerite); empresas (quota patronal de 20% sobre o total da folha de pagamento) e; governo (PIS, PASEP, COFINS, CSLL, IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO e LOTERIAS).

Como essas receitas do governo suplantam em muito as

despesas com a Saúde e Assistência Social, a diferença contribui para a Previdência Social. O governo ao isolar a Previdência Social da Seguridade Social mostra má fé para iludir as pessoas quanto à inviabilidade do sistema e ignora a Constituição.

1 – Evolução – Historicamente as contas da Seguridade Social sempre foram superavitárias até 2015. Em valores reais (excluída a inflação) de setembro, as médias anuais de 2000 a 2015 foram: Receitas R\$ 640 bilhões; Despesas R\$ 490 bilhões; e Superávit R\$ 150 bilhões. Em 2016 teve déficit de R\$ 10 bilhões e nos últimos doze meses encerrados em setembro o déficit foi de R\$ 42 bilhões.

Isso pode ser visto no gráfico a seguir:



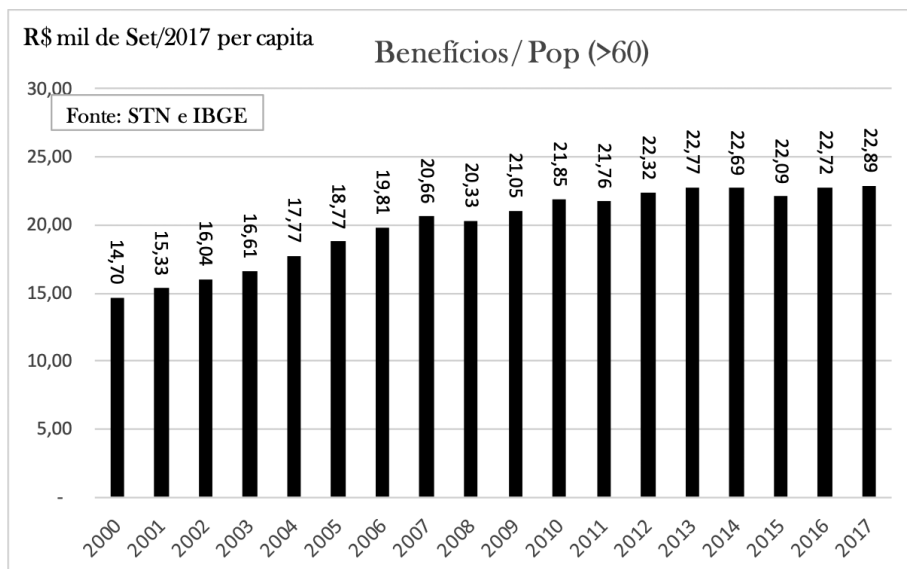
Sempre em valores reais de setembro, as despesas, que vinham crescendo a um ritmo de R\$ 40 bilhões por ano entre 2009 e 2014, foram reduzidas para a média de R\$ 18 bilhões por ano a partir de 2015. Assim, os déficits são explicados principalmente pela perda de arrecadação devido à crise recessiva.

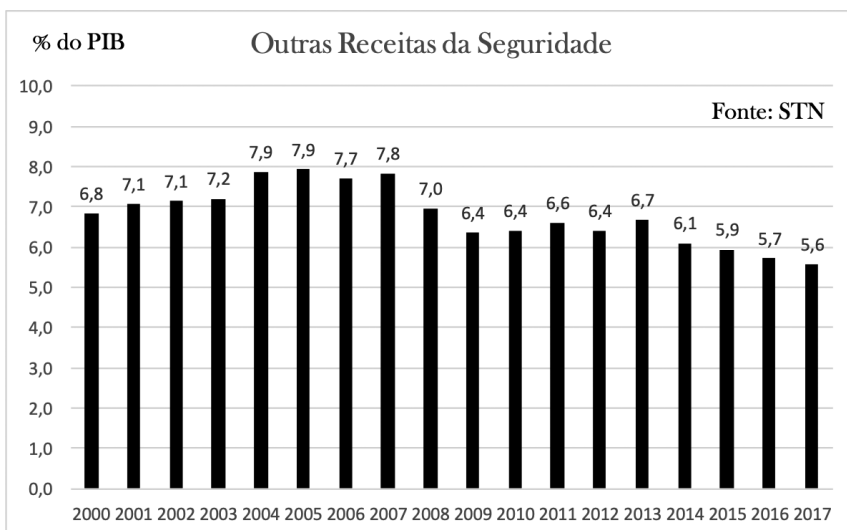
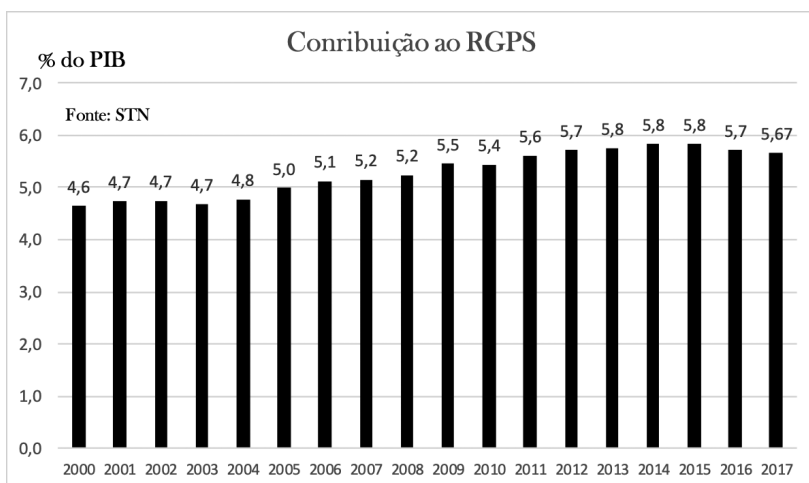
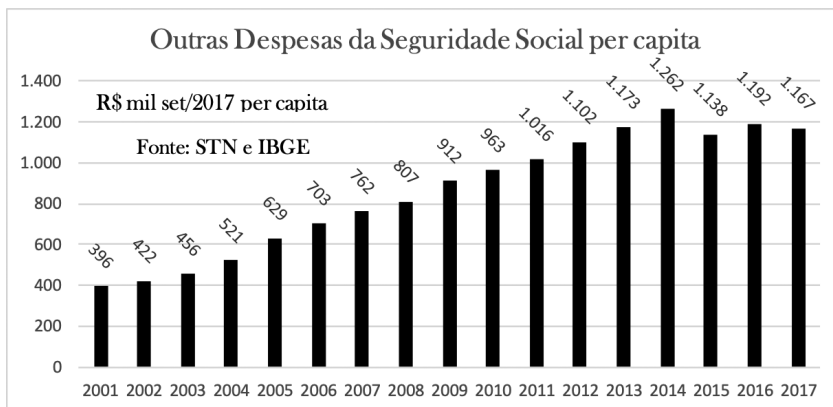
Em valores reais, essa perda de receita atingiu R\$ 493 bilhões(!) nos últimos três anos (2015 a 2017).

Caso não tivesse ocorrido essa perda de receita, a Seguridade Social teria apresentado superávits de R\$ 185 bilhões em 2015, de R\$ 172 bilhões em 2016 e de R\$ 185 bilhões nos últimos doze meses encerrados em setembro.

2 – Premissas para projeções – É fundamental apresentar com clareza as premissas que são adotadas para as projeções, o que o governo não faz. Interessante notar a estabilidade no comportamento das despesas per capita e receitas em % do PIB nos últimos anos, o que constitui base sólida para as projeções, considerando a evolução demográfica por faixas e a manutenção da carga tributária de 2018 a 2060.

Os gráficos a seguir ilustram isso.





São as seguintes as premissas adotadas para projetar as receitas, despesas e resultados para 2018 a 2060:

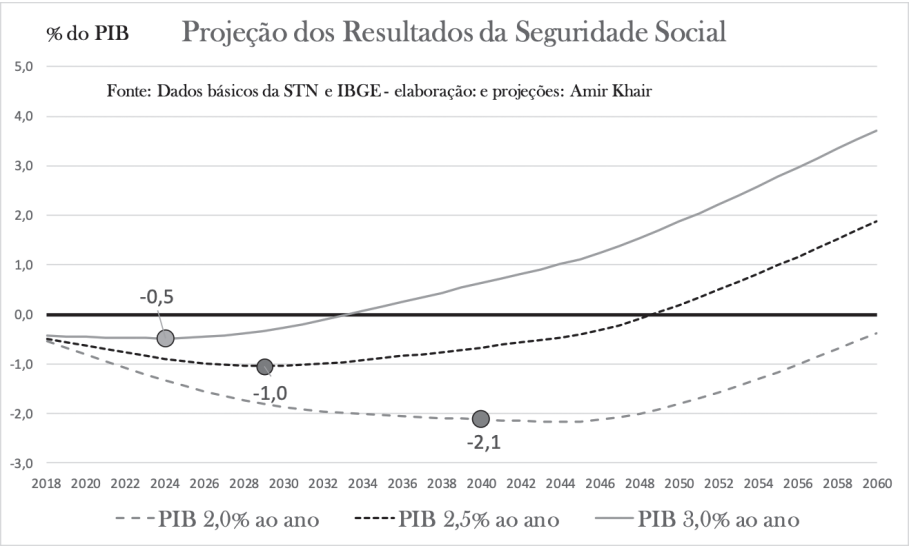
- a) Despesas com benefícios – R\$ 22,4 mil por ano per capita para a população com idade superior a 60 anos. É a média ocorrida de 2010 a 2017, com pequenas oscilações;
- b) Despesas com Saúde e Assistência social – R\$ 1.187 por ano per capita para a população total do país. É a média ocorrida de 2013 a 2017, com pequenas oscilações;
- c) Receitas de contribuições – 5,73% do PIB, média estável de 2011 a 2017;
- d) Receitas do governo - 5,83% do PIB, média de 2014 a 2017 e;
- e) Crescimentos econômicos anuais sob três alternativas: 2,0%, 2,5% e 3,0%.

Não estão consideradas melhorias de gestão para reduzir a inadimplência da ordem de 30% e a sonegação nas receitas, nem para eliminar as perdas com desvios, corrupções e pagamentos indevidos. Não foi considerada nenhuma medida para coibir a forte sonegação dos grandes produtores rurais, causadores dos déficits da aposentadoria rural. Caso fossem considerados, os resultados seriam evidentemente melhores.

3 – Resultados das projeções – Em todas as alternativas de crescimento econômico ocorre um déficit crescente até um certo ano, quando atinge o pior resultado, passando depois a melhorar. Os resultados em relação ao PIB foram:

- a) para PIB crescendo 2,0% ao ano, o pior resultado foi 2,2% em 2044 – em 2060 seria de déficit de 0,4%;
- b) para PIB crescendo 2,5% ao ano, o pior resultado foi 1,1% em 2029 – em 2060 seria de superávit de 1,9% e;
- c) para PIB crescendo 3,0% ao ano, o pior resultado foi 0,5% em 2024 – em 2060 seria de superávit de 3,7%.

Ver gráfico a seguir:



Um resumo das projeções é apresentado a seguir, destacando os resultados piores em cada situação e em que ano isso se daria, e o resultado previsto para 2060:

Resultados da Seguridade Social em 2060			
em % do PIB	2,0%	2,5%	3,0%
Resultado	-0,37%	1,89%	3,72%
RGPS	-4,53%	-2,58%	-1,01%
Outros	4,15%	1,89%	3,72%
Pior resultado	-2,17%	-1,05%	-0,48%
Ano	2.044	2.029	2.024

Fonte: dados básicos STN e IBGE - projeções: Amir Khair

Conclusão – A Seguridade Social é fiscalmente viável, mesmo para crescimentos econômicos modestos de 2,0% ao ano. Há durante um período déficits, mas há recuperação a partir de um certo ponto, conforme ilustrado no gráfico. A pior situação

iria ocorrer em 2044 para crescimentos anuais do PIB de 2,0%, com déficit de 2,17% do PIB.

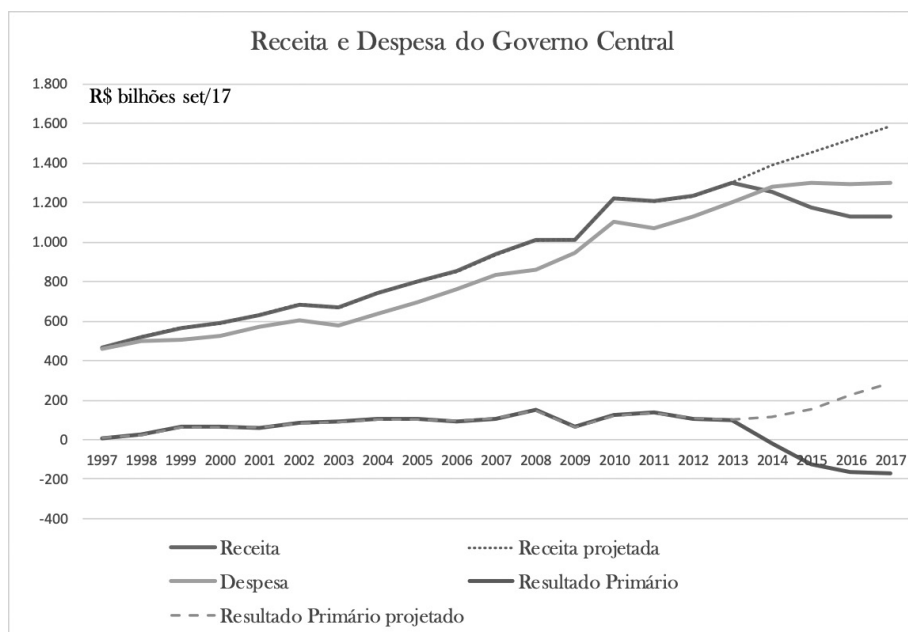
As previsões alarmistas do governo, sem transparência, premissas claras e sem memória de cálculo (planilhas), como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, não apresentam prova técnica e levantam suspeitas sobre suas conclusões.



CAUSAS DO ROMBO FISCAL E SAÍDAS VIÁVEIS

01.01.18

Muito se fala sobre causas e problemas da crise fiscal que o País atravessa, mas sempre destacando a elevação das despesas que vinham ocorrendo nos últimos anos. Pouca importância vem sendo dada à perda de arrecadação como principal causa da crise fiscal. Veja o gráfico a seguir, que apresenta a evolução, desde 1997 até a previsão para 2017, das receitas, despesas (exclusive juros) e resultado primário (receitas menos despesas, exclusive juros).



Repare que desde 2003 até 2013, durante onze anos, as receitas (em valores de setembro) cresciam a um ritmo quase estável

de R\$ 65 bilhões ao ano. A partir de 2014 até 2016 passaram a cair R\$ 58 bilhões a cada ano. Há, pois, um impacto fiscal desfavorável de R\$ 123 bilhões (!) por ano (65 mais 58).

Quanto às despesas nos mesmos períodos, vinham crescendo a um ritmo de R\$ 64 bilhões por ano e passaram a crescer R\$ 31 bilhões por ano, ou seja, a metade. Há, pois, um impacto fiscal de R\$ 33 bilhões ao ano (64 menos 31).

Entre 2003 e 2013 o ritmo de crescimento das receitas e despesas foi semelhante, conforme ilustra o gráfico, e o que foi rompido a partir de 2014 foi, principalmente, o ritmo das receitas, 3,7 vezes mais do que o ritmo das despesas (123 dividido por 33).

Isso mostra a importância do impacto da crise sobre as finanças públicas.

É importante registrar isso, pois a tônica das análises difundidas pelo mercado financeiro e equipe econômica deste governo dá ênfase ao crescimento das despesas como causa central da crise fiscal. Logo, torniquete nas despesas. Só que a maior parte das despesas do Governo Central é com a Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social).

O ataque à questão fiscal, para ser eficaz, deveria e deve seguir outro caminho, baseado em políticas voltadas à retomada do crescimento: a) via estímulos ao consumo com o barateamento dos tributos sobre o consumo, que representam metade da carga tributária, quando nos países desenvolvidos é de cerca de um quarto apenas e; b) via redução do custo do crediário, que majora o preço à vista em 140% para financiamentos em um ano, quando a média dos países emergentes é de 10 pontos acima da inflação e nos países desenvolvidos, de apenas 3 pontos.

Reduzir a carga tributária sobre o consumo é difícil, pois metade dessa carga é devida ao ICMS, que é imposto estadual

que representa cerca de 80% da arrecadação dos Estados. Ninguém mexe nesse vespeiro. Mas vale chamar a atenção para esse sério problema, o ICMS, principal causador da alta regressividade do sistema tributário brasileiro.

A remoção desses freios ao consumo deve começar imediatamente sobre o crediário, o que pode ser feito pelo governo sem depender do Congresso. Basta determinar à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Banco do Brasil (BB) que nas duas modalidades mais usadas pelas pessoas, que são o cartão de crédito rotativo e o cheque especial, sejam reduzidas as taxas de juros para, por exemplo, 50% ao ano.

Atualmente as pessoas estão no cartão de crédito em 213% (BB) e 246% (CEF), e no cheque especial em 312% (BB) e 302% (CEF). Ampla e duradoura campanha de divulgação poderá atrair para o BB e a CEF um importante contingente de novos clientes, com vantagens para todos. É o que falta fazer para tirar o freio do consumo das famílias, responsável por 64% do crescimento econômico.

Essa distorção no crediário é a mola propulsora de inovações nesta área, com startups e cooperativas que irão ocupar espaço crescente no mercado de crédito. É fatal.

Não trilhar esse caminho é permanecer no atraso por vários anos, com crescimentos medíocres de baixo impacto social. Chega de subterfúgios e descarga da crise sobre a população mais pobre do País.



PERSPECTIVAS ECONÔMICAS PARA 2018

03.01.18

O Estadão publicou no dia 31/12 análises de vários economistas ligados ao mercado financeiro sobre as perspectivas econômicas para o próximo ano. Todas, sem exceção, defendem as reformas, especialmente, a da Previdência Social. Elogiam a queda no ritmo da inflação - sem mencionar que foi causada pela queda no preço dos alimentos devido à supersafra - e na redução da Selic. Não apresentam propostas para retomar o crescimento. Simplesmente afirmam que o PIB deve crescer perto de 3% em 2018.

A revista Carta Capital publicou em edição especial, sob o título “Que esperar de 2018”, artigos de 15 analistas considerados desenvolvimentistas. Todos, sem exceção, fizeram análises bem fundamentadas sobre os males que atingem o País, agravados pelo governo Temer, com o avanço do neoliberalismo. Também não apresentam propostas para retomar o crescimento.

É lamentável que isso esteja ocorrendo. A crise deveria ser o pano de fundo de avaliações e, principalmente, propostas de superação.

Com as instituições do Estado de costas para a sociedade, com um Congresso manchado de alto a baixo por corrupção e parlamentares que não estão nem aí para a defesa dos interesses da sociedade, mas só os seus, com um Judiciário desacreditado, com juízes e procuradores públicos se refestelando com salários e penduricalhos que rendem até perto de R\$ 70 mil por mês, e com uma mídia totalmente voltada para a defesa dos seus anunciantes – leia-se governo e grandes grupos econômicos –, nada a esperar de mudanças institucionais em 2018.

Provavelmente Lula será condenado e afastado da disputa eleitoral. Vai-se, assim, a grande ameaça à elite e à direita no pleito presidencial. Nenhum candidato com alguma viabilidade eleitoral no campo popular apareceu. Caso a mídia continue como é de se prever, vai encher a bola de algum candidato do centro. É a perpetuação do atraso no crescimento, na crise, na questão fiscal e social.

Mas, tem alguma saída? Sim, mas não na tentativa de conciliação com a elite financeira e do grande capital. Essa vai sempre financiar candidatos dóceis e ideologicamente confiáveis. Há que enfrentar as forças do atraso, com políticas claras e eficazes para o crescimento econômico. Como?

Removendo o freio ao consumo das famílias, que representa entre 60% e 65% do Produto Interno Bruto. Qual o freio? Desemprego, arrocho salarial e crediário. Os dois primeiros levam mais tempo a reagir e são causa e consequência, ao mesmo tempo, do crescimento. O crediário, no entanto, pode ser alterado mais rápido e depende só de decisão do presidente da República, sem ter que passar pelo Congresso. Para isso, basta determinar ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal que reduzam suas taxas de juros nas duas principais modalidades de crediário, cheque especial e cartão de crédito, para 50%. Ambas estão em níveis historicamente elevados no sistema financeiro: 300,16% no cheque especial e 328,42% no cartão de crédito, segundo a Associação Nacional dos Executivos em Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC, dados de novembro.

É claro que isso nunca irá ocorrer em governos comandados pelo mercado financeiro, como este e outros anteriores, sem exceção.

É preciso pôr o dedo na ferida divulgando isso, pois as pessoas são roubadas nas prestações que pagam dentro de suas próprias casas. Acorda, Brasil !!!

PERSPECTIVAS 2018 – COM OU SEM LULA

05.01.18

Posso me enganar, mas acho impossível os magistrados da segunda instância não condenarem Lula, não por razões jurídicas, mas políticas, que é como vem funcionando o Poder Judiciário, que caiu no descrédito da sociedade ao perpetuar a impunidade dos políticos que gozam de foro privilegiado. O STF continua poupando, vergonhosamente, políticos corruptos do PMDB e PSDB.

O símbolo da desfaçatez e que não está nem aí para a sociedade é o lamentável Gilmar Mendes, um indivíduo sob suspeita crescente, segundo se vê pela mídia, de venda de decisões para soltar bandidos de toda espécie, desde, é claro, que tenham poder econômico.

Outro símbolo da impunidade é Aécio Neves, pego com a boca na botija. Nem precisaria, pelo que se lê aqui e ali, de mais provas do que já foi divulgado. Aliás, não dá para acreditar que não tenha sido preso enquanto governador de Minas Gerais, quando descaradamente construiu com dinheiro público “apenas” um aeroporto na fazenda do seu titio para poder passar os fins de semana com a família.

O juiz Sérgio Moro teve que dar nó em pingo d’água para “provar” que Lula é o dono do tríplice em Guarujá, uma vez que a escritura não está em nome nem de Lula, nem de alguém de sua família. Isso, no entanto, não isenta Lula da responsabilidade de se misturar com o poder econômico e tirar vantagens pessoais,

como parece claro. FHC foi, por acaso, questionado sobre o seu apartamento em Paris, muito mais caro do que o tríplex?

Se Lula “sobreviver” no julgamento em segunda instância será o candidato com maior chance de ganhar mais uma vez a presidência da república. Tem a seu favor a lembrança de um período de forte ascensão social de amplas camadas da população. Saiu do governo com aprovação de 87%, índice recorde.

Sem Lula é mais provável que vá para o segundo turno um candidato continuísta da atual política (Meirelles, Rodrigo Maia, Alkmin) e outro fortemente opositor (Haddad, Ciro Gomes, Guilherme Boulos), o que ainda não está claro em ambas as situações. Já Bolsonaro, que vem em segundo lugar nas pesquisas, perde força sem a presença de Lula e com pouco tempo de TV, e só irá ao segundo turno se for identificado como “o novo” na política, apesar de ser um político tradicional com sete mandatos de deputado e 25 anos de mordomias de Brasília.

Chega a ser irônico e triste, ao mesmo tempo, que o futuro político do País pelos próximos anos esteja nas mãos de três magistrados desconhecidos, que provavelmente ganham acima do teto, usufruindo das mordomias do Judiciário. Lamentável!

ECONOMIA E ELEIÇÕES

16.03.18

Depois de dois anos em recessão, com perda de 3,5% na atividade econômica em 2015 e outro tanto em 2016, o IBGE apurou um crescimento de 1,0% no ano passado, o que foi comemorado pelo governo e pelo mercado com a subida na bolsa de valores.

É importante entender o que permitiu esse “feito”. A agricultura cresceu 13% em 2017 devido à colheita recorde ocorrida pelo regime de chuvas favorável em todo o período entre o plantio e a colheita e explicou 70% (!) desse crescimento de 1%.

Mas o benefício não parou por aí, pois a boa produção agrícola, principalmente da soja e do milho, permitiu baratear a ração animal, com reflexo favorável no custo de produção da pecuária e no preço ao mercado.

Dois outros importantes fatores vieram em consequência em 2017: a) redução da inflação de alimentos que, segundo o IBGE, ocorreu com deflação de 1,9% em 2017; e b) a agropecuária foi responsável por 44% das exportações, favorecida pelo volume exportado, principalmente para a Ásia, e pelos bons preços internacionais.

Alimentos mais baratos beneficiam principalmente a população pobre, cujo orçamento é fortemente influenciado por eles.

Também, segundo o IBGE, a inflação no ano passado foi de 2,95%, a mais baixa desde 1998 (1,53%), e os alimentos é que explicaram esse resultado.

Aqui cabe a pergunta: é mérito da política econômica adotada pelo governo? Não. Se não fossem as condições climáticas favoráveis, a inflação de alimentos iria puxar a inflação geral para cima, como vinha ocorrendo ininterruptamente desde 2010.

Neste ano a produção agrícola deve ficar cerca de 4% abaixo da registrada em 2017, devendo ser a segunda maior safra da história. Isso vai permitir um comportamento inflacionário de contenção, com resultados favoráveis interna e externamente.

Apesar disso, o emprego quase não reage (quase 13 milhões desempregados e outro tanto que já desistiram de procurar emprego) e o atendimento à área social deve continuar piorando com a contenção das despesas públicas em contraposição a uma demanda crescente.

Os candidatos chapa branca (MDB e PSDB), que esperavam o impacto favorável da economia nas eleições, podem tirar o cavalo da chuva, pois o que deve comandar a vontade do eleitor são outras questões, tais como melhorias na saúde, educação e maior segurança. A conferir.

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

30.07.18

Amir Khair e Paulo Gil Souza

A sociedade brasileira é marcada por profunda desigualdade social e econômica. Tal desigualdade também se expressa nas situações de pobreza e de extrema pobreza vividas por parcela significativa da população.

Uma sociedade ainda marcada por seu passado escravocrata e que pouco se preocupou em combater a pobreza e a miséria. Diferente, pois, de outros países que já nos primeiros anos do século 20 iniciaram um processo de montagem de um sistema público de proteção social, e que se consolidou no pós-guerra.

Nesse sentido, a partir da redemocratização do País, a Constituição de 1988 se constitui num marco para o reconhecimento da responsabilidade do Estado no combate à pobreza e à extrema pobreza. Foi nesse quadro que ocorreu o desenvolvimento de políticas públicas com o objetivo de enfrentar a profunda desigualdade, com especial destaque aos programas de transferência de renda.

Como exemplo de programa de transferência de renda por parte do Estado à parcela socialmente mais vulnerável está o Benefício de Prestação Continuada (BPC), criado em 1991 e que trouxe o reconhecimento explícito da existência da pobreza e da vulnerabilidade social.

O BPC outorga um salário mínimo a pessoas impedidas de trabalhar – por idade ou por deficiência física ou mental, com

renda familiar per capita inferior a um quarto de um salário mínimo. O Estado passa a reconhecer o risco social e a sua responsabilidade de atuar para garantir melhores condições de vida a essa população. Essa visão foi reforçada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993.

Também na década de 90, o governo federal implementou mais quatro programas de transferência de renda ao público de vulnerabilidade social, a saber: o Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás.

Cabe ainda destacar a aprovação pelo Senado, em dezembro de 1991, do Projeto de Lei nº 2561, de autoria do senador Eduardo Suplicy, propondo a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), sob a forma de imposto de renda “negativo”. Ou seja, aqueles indivíduos sem um determinado ganho monetário suficiente para sua sobrevivência passariam a receber do Estado uma complementação de renda necessária para atingir esse patamar.

Apesar de nunca implementado na prática, o projeto foi o ponto de partida para experiências de Programas de Renda Mínima (PGM) destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social. Destaca-se a implementação do PGM no Distrito Federal, em 1995, e na mesma época no município de Campinas.

Diferentemente do projeto de autoria do Senador Suplicy, nas experiências do PGM a transferência de renda era destinada às famílias de baixa renda e não aos indivíduos. Outra diferença fundamental: a transferência da renda estava sujeita a condicionais. No caso do Distrito Federal, à frequência escolar das crianças pertencentes às famílias beneficiárias do Programa. Em Campinas, o programa foi mais vinculado à assistência social. As experiências citadas foram também o modelo para a criação

do Bolsa Escola por parte do governo federal.

O Programa Bolsa Família (PBF) surgiu em 2003, a partir agregação dos programas criados pelo governo federal na década de 90: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. O programa oferece um benefício direto a famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. A renda familiar é calculada a partir do somatório das rendas de todas as pessoas da residência no mês, dividido pelo número total das pessoas que vivem na casa. O benefício é pago à mãe de família e, na ausência desta, a outro membro, como o pai. O PBF prevê as condicionalidades da frequência escolar e da vacinação das crianças e adolescentes.

Os Programas de Transferência de Renda são importantes instrumentos de combate à pobreza e à extrema pobreza, além de contribuir para o crescimento econômico.

Se para o Estado cabe o seu aperfeiçoamento, inclusive nos mecanismos de controle, para sociedade cabe a escolha de qual tipo de arranjo social quer para o futuro.



PREVIDÊNCIA SOCIAL EM DEBATE

05.11.18

Após a vitória, o primeiro movimento de Bolsonaro foi articular junto ao governo para viabilizar a votação ainda neste ano da reforma da Previdência Social (PS), aproveitando o texto já aprovado na Comissão Especial da Câmara. Avaliações do front político, porém, alertaram para o risco de fracasso.

De qualquer forma, no início de 2019 deve vir nova proposta de reforma conforme constante do plano de governo Bolsonaro, objetivando substituir o sistema atual de repartição pelo de capitalização individual.

No sistema atual, que é vigente na maioria dos países, a PS tem sido financiada em cerca da metade pelas empresas, um quarto pelos trabalhadores e um quarto pelo governo. É fácil entender o forte rebaixamento no valor da aposentadoria que ocorreria com a adoção do sistema de capitalização, se baseado apenas na contribuição individual. Isso ocorreu no Chile, gerando repulsa na sociedade e impondo mudanças no sistema.

Além disso, na transição para o novo sistema as contribuições atuais deixariam de existir, sendo preciso arrumar novas fontes de recursos para pagar as aposentadorias existentes.

A tentativa de aprovar a reforma fracassou e trouxe sério desgaste ao governo Temer devido à forte resistência na sociedade, que se viu ameaçada em seus direitos num clima social de elevado desemprego.

Apesar do cacife político de início de governo, Bolsonaro corre

sério risco de incorrer no mesmo erro de Temer ao tentar aprovar reforma bem mais radical do que a que foi barrada na Câmara.

Fato é que depois de certa idade é comum a substituição de trabalhadores mais velhos por mais jovens que aceitam ganhar menos. Se não houver um sistema de proteção social, o desemprego na velhice pode se tornar uma chaga na sociedade.

O crescimento da população idosa exige atenção sob vários aspectos humanos e materiais, dentre os quais ganhou destaque o impacto fiscal da reforma da PS. Vejamos.

A PS tem sido considerada por vários analistas o principal problema fiscal do País. A bem da verdade, o maior vilão são os juros de R\$ 400 bilhões, responsáveis por 82,0% do déficit público nos últimos doze meses encerrados em setembro. Nos últimos 22 anos, os juros, só no governo federal, foram em média 4,0 vezes o déficit da PS. Vale, ainda, considerar que:

1 - A PS integra, junto com a Saúde e a Assistência Social, a Seguridade Social, com recursos equivalentes a 13% do PIB, metade do INSS e metade de outras fontes (artigos 194 e 195 da Constituição).

2 - Em 1997 o déficit da PS foi de 0,7% do PIB, o mesmo de 2014, embora a população com mais de 60 anos tenha crescido 78%. O que causou o aumento do déficit a partir de 2015 foi a recessão, que reduziu a receita do INSS em R\$ 342 bilhões (!) desde 2015 até setembro. Caso não tivesse ocorrido, e mantida a tendência nas receitas e despesas que vinha desde 2003 até 2014, o déficit continuaria em R\$ 50 bilhões, como ocorreu em 2014.

3 - Ao apurar o resultado da PS é necessário considerar o efeito secundário dos recursos transferidos aos beneficiários do INSS, que voltam quase totalmente à atividade econômica via

consumo, gerando crescimento e arrecadação ao setor público de cerca de 5% do PIB.

Tudo somado, aliado a duro combate aos privilégios, corrupção, desvios de várias ordens, e com aprimoramento da gestão no setor público, pode tornar a PS viável segundo as regras vigentes.

A sociedade deve ficar atenta e acompanhar o desenrolar dessa discussão no Congresso, pois o que está em jogo é o futuro das pessoas ao atingirem a sua condição de idosas.



CONSUMO DAS FAMÍLIAS, O XIS DA QUESTÃO

12.11.18

Segundo dados divulgados pela imprensa neste final de semana, aproximadamente 15 milhões de famílias entraram em crise este ano, com problemas relativos a falta de ocupação, inadimplência e dificuldades orçamentárias.

Os dados são referentes à edição anual do relatório 360° Consumer View, realizado pela empresa Nielsen, que estuda o comportamento de consumidores em mais de 100 países.

No estudo, o mais importante é que, diferentemente de 2017, neste ano o número de famílias que entrou em crise superou o que saiu, que foi de 12 milhões de famílias.

As informações divulgadas também vão ao encontro dos dados do IBGE, que indicam que o consumo das famílias se mantém estagnado no segundo semestre deste ano, com uma alta insignificante de 0,1% em relação ao primeiro trimestre.

Na composição do PIB, o consumo das famílias representa aproximadamente 65%, o Governo, 20%, e os Investimentos, 15%. A determinação do crescimento econômico está na demanda agregada, no consumo. Sem uma perspectiva de venda, não existe ampliação do emprego e nem investimento em ampliação de plantas ou abertura de novos negócios.

Imagine que em seu bairro existam 5 pizzarias, 4 salões de beleza e uma loja de produtos eletroeletrônicos. E imagine que seja permitido a esses empreendimentos contratarem sem nenhuma regulação, sem limite de jornada ou benefícios, e

isto se estenda a outros setores. Embora se reduzam os custos, caso a renda e o acesso ao crédito continuem os mesmos, pergunta-se: existirá alguma alteração no consumo de pizzas?; aumentará o número de clientes ou a frequência aos salões de beleza?; as lojas de eletroeletrônicos venderão mais?

Ou seja, a demanda será a mesma. Então por que os empreendimentos contratariam mais funcionários ou surgiriam novos estabelecimentos?

Não por acaso a reforma trabalhista aprovada pelo atual governo completa um ano sem nada para comemorar. Ela prometia ampliar a oferta de postos de trabalho via flexibilização das relações de trabalho; mas, ao contrário, não ocorreu uma diminuição significativa do desemprego, as taxas de desemprego aberto obtiveram apenas ligeira queda por conta da ampliação da informalidade e a economia continua estagnada.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, em seu último vídeo em rede social, voltou a colocar a oposição entre direitos e emprego. Essa oposição não está presente apenas em sua fala, como também consta em seu plano de governo. O documento, registrado no TSE, propõe a adoção da chamada “carteira de trabalho verde e amarela”, pela qual o trabalhador que optar por este modelo abre mão dos direitos estabelecidos na legislação trabalhista, ficando apenas com aqueles contemplados na Constituição.

Não se trata da demonização dos empresários, principalmente aqueles de médio e pequeno porte, que espremidos pelo baixo faturamento de suas empresas buscam diminuir seus custos para continuarem no mercado. A questão imediata da sobrevivência fala mais alto. Vale o mesmo para os trabalhadores, que em um cenário de alto desemprego, por questões

de sobrevivência buscam a informalidade ou até mesmo são obrigados a abrir mão de direitos.

A exposição da falsa contraposição entre direitos e emprego e a proposta de tonar a legislação trabalhista letra morta não trazem nada de novo, sendo apenas uma continuidade, de forma mais radicalizada, daquilo que já foi tentado sem nenhum sucesso. Trata-se da concepção liberal incutida nas reformas trabalhista e da Previdência e na política econômica nos últimos anos, só que de forma mais radical. Essa política econômica apenas favorece o mercado financeiro e um reduzido número de grandes empresas, em detrimento da maioria da população.

É a continuidade da política dos incentivos às empresas via desonerações fiscais, renúncias fiscais e diminuição dos custos via extinção de direitos trabalhistas. Isso aliado à crença de que um ajuste fiscal apenas focado nas despesas traria a confiança necessária ao investimento.

Esse pensamento predominante desde o governo Dilma, principalmente em seu segundo mandato, não logrou êxito na melhoria das contas públicas e na expansão da atividade econômica.

Não existe uma saída fácil e rápida, mas não existe nenhuma saída que não contemple a ampliação do consumo das famílias. É necessário tomar medidas para ampliar o crédito, baixando suas abusivas taxas, que alcançam o patamar de 300% ao ano, e combater a inadimplência. Caso contrário, a política econômica continuará a perseguir, em círculo vicioso, o próprio rabo.



BRASIL EM MARCHA À RÉ

28.11.18

Na última segunda-feira, a OXFAM/Brasil divulgou o relatório País Estagnado: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras, 2018. Os dados revelam uma regressão na redução das desigualdades econômicas e sociais, após 23 anos de avanços.

Em síntese, na comparação entre 2016 e 2017:

- ▶ A renda média mensal per capita foi de R\$ 1.268, com queda de 2,7% em relação à de 2016, que foi de R\$ 1.303.

- ▶ O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda (em uma escala de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, pior), permaneceu estagnado em 0,5495.

- ▶ Nos extremos da pirâmide de renda, os 10% mais pobres tiveram uma redução de 11% da renda média, enquanto os 10% mais ricos avançaram 2%.

- ▶ O 1% mais rico tem rendimento médio mensal superior a R\$ 55 mil, 72 vezes mais que 50% daqueles de menor renda.

- ▶ Em relação à questão tributária, alguém com renda mensal de R\$ 5 mil paga a mesma alíquota máxima de 27,5% que o 1% mais rico, que ganha mais de 10 vezes os seus rendimentos.

- ▶ Os negros ganhavam 57% dos rendimentos médios da população branca e pioraram para 53%.

- ▶ As mulheres ganhavam 72% do que ganhavam os homens, proporção que caiu para 70%, o primeiro recuo em 23 anos.

- ▶ Em 2017, o País contava com 23,3 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, de R\$ 232 por mês (11,2% da população). Em 2016 foram 10,8%.

- ▶ Nos últimos quatro anos a miséria aumentou 33%, com o ingresso de 6,3 milhões nessa condição.

Além de realizar o diagnóstico, o relatório sugere:

- ▶ Estabelecer metas para redução das desigualdades em relação a raça e gênero, política de aumento real do salário mínimo e expansão das pesquisas sobre as desigualdades.
- ▶ Na questão dos gastos sociais, instrumento fundamental no combate à pobreza e às desigualdades sociais, a revogação da Emenda Constitucional 95/2016 (Teto de Gastos).
- ▶ Aumentar o alcance, a eficiência e a efetividade do gasto social; estabelecer mecanismos de transparência e combate à corrupção.

Essa piora na desigualdade ocorreu por conta da estagnação econômica e da saída deste propósito da agenda pública.

Apesar da importância da sua redução, defendida pela grande maioria da população, o debate de como combater as profundas desigualdades sociais foi asfixiado pela agenda do ajuste fiscal via redução das despesas públicas.

O controle de despesas é fundamental, mas deve vir de cima (excesso de cargos de confiança de altos salários, mordomias, penduricalhos, corrupção, juros, etc.) para baixo (Previdência Social do setor privado), e não o contrário, como vem sendo no Brasil de marcha à ré.

REFORMA PARA QUEM?

17.12.18

Após o fracasso da negociação do presidente eleito com o atual para a votação do Projeto de Reforma da Previdência ainda este ano, o tema volta a ter destaque como prioridade para o início do novo mandato. E com forte pressão dos meios de comunicação.

Dos beneficiários do sistema da Previdência Social, cerca de 93% recebem até 3 salários mínimos. Até 1 salário mínimo são 49,8% dos beneficiários.

Segundo o IBGE, para cada beneficiário direto há 2,5 beneficiários indiretos, membros da família. Dessa forma, a Previdência urbana e rural mais os benefícios assistenciais beneficiam, direta e indiretamente, cerca de 86 milhões de pessoas.

Ainda são incertas as alterações no atual projeto, mas o cerne da reforma está na idade mínima e no tempo de contribuição, pois tem como objetivo diminuir os gastos via afunilamento do acesso à Previdência. Dessa forma, a idade mínima e a ampliação do tempo mínimo de contribuição, passando dos atuais 15 anos para 25 anos, são encarados como essenciais.

Ao propor regras gerais que dificultam o acesso e impactam indistintamente os beneficiários da Previdência Social, longe de combater privilégios e cortar gastos desnecessários, as alterações impactam a vida de boa parte dos brasileiros, que estão longe de serem privilegiados ou detentores de altas rendas.

Um exemplo de um dos gastos inadequados, esse sim para poucos beneficiários, está em uma rubrica “demais despesas” – pensões específicas –, na qual estão as despesas provenientes do extinto Instituto da Previdência dos Congressistas. No ano passado foram gastos 3,4 bilhões de reais nessa rubrica.

Neste rol de aposentadorias especiais, além do Legislativo também se encontram os membros do Poder Judiciário e o chamado “melhor equacionamento” das aposentadorias dos militares em relação ao percentual de contribuição. Mas, como esses grupos de privilegiados têm maior poder de pressão que a maioria da população, é justamente nela que se dá o arrocho.

A Previdência Social obedece ao modelo tripartite, encontrado em grande parte dos países desenvolvidos da Europa, no qual trabalhadores, empregadores e Estado são responsáveis pelo financiamento do sistema.

Em decorrência da estagnação da economia ocorreu uma queda nas receitas da Previdência, o que amplia a necessidade de cobertura financeira do Estado frente à queda na contribuição de empregados e empregadores.

Além do argumento da insustentabilidade do modelo previdenciário frente ao envelhecimento da população, os defensores da reforma apontam a Previdência como o principal fator do déficit público. Mas, no acumulado dos últimos 12 meses, o País arcou com uma despesa de 400 bilhões de reais em pagamento de juros, o que representa 82% do total do déficit público.

Bem diferente da contribuição do Estado na Previdência Social, que beneficia parcela significativa da população, a despesa financeira beneficia poucos rentistas e bancos.

SAIR DA ARQUIBANCADA

26.12.18

Amir Khair e Paulo Gil Souza

As decisões de política econômica têm impacto direto na vida das pessoas, no emprego, na renda e no acesso aos direitos a saúde, educação, assistência social e previdência.

Nos meios de comunicação, revestido de um aparato técnico, o discurso econômico assume ares de neutralidade em relação aos seus efeitos na distribuição da renda e do patrimônio, bem como no grau de influência de diferentes segmentos da sociedade sobre essas decisões.

Apropriando-se de "modelos econométricos", cada vez mais distantes do dia a dia das pessoas, economistas liberais continuam aferrados à ideia de cortar gastos não financeiros como única alternativa possível para garantir o equilíbrio das contas públicas, de costas para os efeitos da austeridade sobre a vida da maioria da população.

O governo eleito, em sua área econômica, em nada alterou a visão fiscalista na condução da política econômica dos últimos anos.

Em relação ao déficit público, fundamental destacar que as contas primárias do poder público (receitas menos despesas, excluídos juros) foram superavitárias até 2014, e apenas entraram no vermelho por conta do declínio das receitas determinado pela desaceleração da economia. Também essencial salientar que o poder público gastou aproximadamente R\$ 400 bilhões no pagamento de juros, o correspondente a 82% do déficit público nominal, que inclui as despesas financeiras.

Portanto, a visão hegemônica é negligente em dois itens

fundamentais nas contas públicas: a geração de receitas e o custeio financeiro.

Por trás das escolhas econômicas, além dos conceitos e de matrizes diferentes do pensamento econômico, existem agentes econômicos com maior poder para influenciar as decisões e os rumos do País. Não por acaso, os cortes orçamentários recaem sobre aqueles com menor poder de pressão e incidem nas áreas sociais, na educação e na saúde.

Debater posições diferentes na economia, inclusive o pensamento crítico à visão hegemônica nos meios de comunicação e às decisões de política econômica, tende a ampliar o conhecimento e a discussão sobre os caminhos a seguir, para além de um pequeno círculo de especialistas e agentes econômicos. Quanto mais inserida na discussão, mais a população poderá atuar sobre as escolhas tomadas por diferentes governos.

A polarização política muitas vezes interdita o debate ao desqualificar qualquer crítica ou posição contrária. Diferente dos grandes agentes econômicos que dominam o dito mercado, que atua, por sua vez, na defesa de seus interesses junto ao Estado, independentemente de partido A, B ou C no governo.

O próximo ano marca o início de um novo governo e um Congresso mudado, ambos recentemente eleitos, e decisões importantes estarão em pauta, dentre as quais a reforma da Previdência. Como dito em artigos anteriores, a proposta tem impacto nos direitos da grande maioria dos beneficiários, mas pouco atua sobre os privilégios de uma minoria e sobre aqueles que sonham à Previdência.

Importante ter esperanças, mas não no sentido de esperar e torcer, e sim na disposição de debater, fiscalizar e participar das decisões que afetam a todos nós na busca de um futuro melhor.

